

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA



REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
FACE AO PAPEL DO ESTADO – A QUESTÃO DA
TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA

Sérgio Estevinha

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia
Especialidade em Sociologia da Família, Educação e Políticas Sociais

Orientadora:

Professora Doutora Anália Torres

ISCTE

Co-orientador:

Dr. Miguel Cabrita

ISCTE

Setembro de 2008

Lombada

REPRESENTAÇÕES DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS FACE AO PAPEL DO ESTADO –
A QUESTÃO DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ACTIVA



Sérgio Estevinha

Setembro de 2008

ÍNDICE

	Páginas
Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico	
1.1. O Estado-Providência na Europa	2
1.2. Caracterização das diferentes configurações do modelo social europeu	3
1.3. Os novos desafios do Estado-Providência	6
1.3.1. A questão da transição para a vida adulta	7
Capítulo 2 - Contextualização	
2.1. Os jovens em Portugal - Uma realidade heterogénea	10
2.2. Porquê os estudantes universitários?	13
2.3. Construção do modelo teórico	15
2.4. Procedimentos metodológicos	18
Capítulo 3 - Análise dos Resultados	
3.1. Perfil social e político-ideológico da amostra	20
3.2. Análise geral dos resultados da pesquisa	22
3.3. As representações em função do perfil social e político-ideológico	28
3.4. Configuração do espaço de representações	38
Conclusão	41
Bibliografia	43
Anexos	46
Anexo A - Quadro de Operacionalização de Conceitos	47
Anexo B - Questionário	52
Anexo C - Outputs do SPSS	
Organização geral do modelo social do Estado	61
Papel do Estado na transição para a vida activa	63
Financiamento do ensino superior	66
Combate ao desemprego	67
Abrangência dos mecanismos de apoio à transição para a vida activa	68
Orientação partidária	70
Práticas eleitorais	71
Posicionamento ideológico	72
Caracterização sociodemográfica	73
Situação no contexto universitário	81
Variáveis posteriormente construídas	84
Análise bivariada	85
Multivariada - Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)	100
Curriculum Vitae	103

Resumo: Este trabalho aborda as representações dos estudantes universitários face ao papel do Estado e, mais concretamente, à forma como este deve apoiar o processo de transição dos jovens para a vida activa. Procura-se perceber se as representações dos universitários tendem a aproximar-se do espírito do modelo social-democrata, continental ou liberal e de que modo essas representações diferem em função de variáveis como o sexo, a classe social, a natureza do ensino que frequentam ou as atitudes face à política. De forma a enquadrar a pesquisa, é analisada a lógica geral de funcionamento do Estado-Providência e as características específicas que este assume em diversas regiões da Europa. Essas características permitem aludir a determinadas configurações do modelo social europeu, as quais, embora gerem um enorme debate, se podem traduzir nos modelos supra-citados.

Este estudo tem lugar numa época em que os jovens se confrontam com a precarização das relações e dos vínculos laborais, que redundam numa menor segurança laboral, fazendo com que os projectos de vida se tornem mais difíceis de organizar.

Palavras-chave: Estado-Providência; transição para a vida activa; estudantes universitários; representações sociais;

Abstract: This work deals with the representations of university students about the role of the State and, more specifically, how the State should support the transition process of young people to working life. It tries to understand if the representations of university students are closer to the spirit of the social-democratic, continental or liberal models, and the way those representations differ in function of variables as sex, social class, types of education or political attitudes. In order to frame the research, the general logic of operation of the Welfare State and the specific characteristics assumed in various regions of Europe are analyzed. Those characteristics allow allude to certain configurations of the european social model, which, although generate a huge debate, can translate the referred models. This study takes place at a time in which young people are faced with the precariousness of work relationships and bonds, which leads to less job security, causing that the projects of life become more difficult to organize.

Keywords: Welfare State; transition to working life; university students; social representations;

Introdução

Este trabalho tem por objectivo tentar compreender qual o papel que os estudantes universitários de Lisboa atribuem ao Estado no que respeita às funções sociais que este deve assumir perante os cidadãos, de um modo geral e abstracto mas, sobretudo, num nível de análise mais específico, centrado na questão da transição dos jovens para a vida activa. Esta é uma questão a que a população universitária tende a ser particularmente sensível, pois encontra-se numa fase da vida tendencialmente próxima da entrada no mercado de trabalho e está socialmente disseminada a ideia segundo a qual a posse de um diploma de ensino superior não corresponde à garantia de uma transição necessariamente bem sucedida para o mercado de emprego, ao invés do que sucedia no passado.

No entanto, a população universitária não é homogénea e, portanto, não bastará realizar uma análise acerca das representações que o conjunto dos estudantes que fazem parte da amostra possui relativamente ao papel do Estado e às políticas sociais. O objectivo desta investigação foi tentar compreender as suas representações em função não só de um conjunto de características sóciodemográficas mas também das suas atitudes face à política. Assim, o papel atribuído ao Estado foi analisado em função de variáveis como o sexo, a classe social do agregado familiar, a natureza do Ensino que frequentam (público versus privado), o posicionamento ideológico, etc.

Após a delimitação do objecto de estudo optou-se por uma estratégia metodológica de carácter quantitativo, procedendo-se à aplicação um inquérito por questionário em diversas faculdades de Lisboa. A lógica que presidiu à construção do inquérito consistiu em encontrar indicadores que fossem paradigmáticos, nos domínios analisados, de diferentes modelos e orientações do modelo social europeu.

Capítulo 1 – Enquadramento teórico

1.1. O Estado-Providência na Europa

O Estado-Providência caracteriza-se por um conjunto de traços que são comuns nos vários países da União Europeia como, por exemplo, o facto de se constituírem como Estados de direito, com democracias parlamentares¹. Ao debater o conceito de Estado-Providência nas sociedades contemporâneas, Juan Mozzicafreddo afirma que a dimensão estrutural que o constitui, “...assenta, por um lado, num conjunto de normas que implicitamente estabelecem um modelo contratual de acção e, por outro lado, na consolidação da institucionalização das funções de regulação, na área social, económica e política...” (Mozzicafreddo, 1994, p.28). O Estado desempenha um papel fundamental nestas dinâmicas através da sua participação no sistema económico, mas “...também enquanto fornecedor de serviços quer aos cidadãos em geral, por exemplo, pelas políticas sociais, quer às empresas, entre outras coisas pelo investimento em infra-estruturas, “externalidades”, dinamização do emprego, aumento do consumo e pela forte participação na investigação científica e tecnológica;” (Capucha, 2005, p.21). No fundo, visa-se conciliar o subsistema económico com o subsistema social, sendo que a sustentação deste processo assenta em pactos sociais que promovem a regulação das negociações entre os representantes dos interesses económicos e sociais. Desta forma, tenta assegurar-se a melhor coexistência possível entre o mercado capitalista e as várias políticas públicas, nomeadamente as políticas sociais.

Apesar de o habitualmente designado por modelo social europeu apresentar este rol de características comuns, não podemos falar, no entanto, de um modelo social europeu unificado. Existem diferentes configurações do Estado-Providência. Essas configurações estão associadas a diferentes famílias de organização económica (Hall e Soskine, 2001).

Gosta Esping-Andersen publicou, em 1990, *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (Esping-Andersen, 1990). Nesta obra, o autor baseou-se na trilogia Estado-Mercado-Família para explicar o papel de cada uma destas instituições na distribuição de recursos. A este respeito, pode chamar-se a atenção para o seguinte facto: determinados bens e serviços que antes se adquiriam no mercado passam, a dada altura, a ser assegurados aos indivíduos pelo Estado (é o caso, em certos países, do acesso a determinados níveis do sistema de Educação).

¹ Se nos referirmos ao caso específico do modelo social europeu, constatamos que este modelo assenta também numa lógica que visa promover o bem-estar das populações, tentando assegurar o pleno emprego e uma maior equidade no que concerne à distribuição dos recursos (Pereirinha et al, 1999).

Nestes casos, verifica-se a passagem para um sistema desmercadorizado. De forma totalmente oposta, a mercadorização implica que tem melhores serviços quem tem maior poder económico. O processo de intervenção do Estado assenta, assim, num princípio que visa garantir redistribuição e maiores níveis de igualdade. Esping-Andersen refere ainda que onde a protecção social está essencialmente entregue à família, o Estado intervém apenas como substituto a compensar falhas do papel que lhe é atribuído.

Tendo por base esta trilogia, o autor postula a existência dos modelos social-democrata (centrado no Estado), liberal (mercado), conservador (família). Mas esta tipologia nunca foi consensual e desde que foi proposta que se tem gerado um amplo debate em seu redor. A este propósito Manuela Arcanjo refere que “*The debate since the publication of the ‘three worlds’ has involved two essential questions: what is the number of ideal types of welfare state? Is it three, four or more? Furthermore, which countries should be incorporated into which type? Throughout the 1990s, various typologies were presented...*” (Arcanjo, 2006).

Com efeito, depois de Esping-Andersen ter proposto este modelo teórico para designar, de forma aproximada, as diferentes configurações do modelo social europeu, outros autores se dedicaram a criticar, reconstruir ou desenvolver modelos teóricos com idêntico objectivo. Entre esses autores podemos aludir ao exemplo de Ferrera que, em 1996, construiu uma nova tipologia. Uma das principais diferenças relativas ao modelo de Esping-Andersen é a existência de quatro (e não três) submodelos: o submodelo escandinavo (que é também conhecido por modelo social-democrata), o submodelo anglo-saxónico (liberal), o submodelo continental e o submodelo do Sul (Ferrera, 2000). Com base no trabalho de Ferrera realizar-se-á, então, uma breve caracterização destes modelos.

1.2. Caracterização das diferentes configurações do modelo social europeu

O modelo social-democrata é o modelo característico dos países escandinavos. A Suécia e a Dinamarca são dois bons exemplos deste modelo, que se destaca pelos elevados níveis de emprego. O Estado investe fortemente na formação do mercado de trabalho. As despesas com a educação são as mais elevadas da Europa, mas estas políticas são encaradas como fundamentais no âmbito da economia da actualidade, que assenta no conhecimento intensivo. Ao mesmo tempo são desenvolvidas medidas activas de emprego, ou seja, os programas da segurança social têm sido reformados de forma a desenvolver incentivos para os seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um

posto de trabalho. Este modelo destaca-se também pela excelente qualidade dos serviços públicos e sistemas de protecção, existindo garantias mínimas de rendimento de grande importância no combate à pobreza e à exclusão. A par disso, este modelo é aquele que absorve mais impostos. O custo deste modelo é caro mas os serviços prestados pelo Estado, para além de serem de elevada qualidade, são também disponibilizados a todos os cidadãos (benefícios universais). Assim este modelo tem sido considerado “...como o tipo quase ideal de Estado-Providência” (Ferrera, 2000, p.38).

O modelo de tendência liberal é característico, essencialmente, do Reino Unido (e, em menor grau, da Irlanda). Este modelo caracteriza-se, também, por elevados níveis de emprego. Mas aqui há que salientar o facto de existirem muitas pessoas que, apesar de trabalharem, não superam os níveis de pobreza, porque está a aumentar o número de trabalhadores que auferem salários muito baixos e por se estar na presença de um Estado mínimo. A cobertura da protecção social não é completamente universal. Ferrera refere que “...os cidadãos inactivos e os que possuem emprego, mas auferem quantias abaixo de um determinado patamar não têm acesso aos benefícios do sistema de segurança social nacional” (Ferrera, 2000, p.42). Esses benefícios, para além de estarem disponíveis apenas para alguns, são muito mais modestos relativamente aos do modelo social-democrata dos países escandinavos. Este modelo permite manter o nível de tributação bastante baixo e possibilita que não existam problemas significativos no que alude ao financiamento do Estado-Providência. Contudo, em consequência dos níveis de protecção social serem baixos, tem-se assistido ao elevado nível de exclusão social, que se constitui como um fenómeno bastante presente e alargado. No fundo, basta pensar que a lógica de funcionamento do mercado é uma lógica geradora de desigualdades porque apenas o Estado tem capacidade de distribuir de forma alargada. À escala mundial, os EUA são o exemplo mais claro deste tipo de modelo e pode dizer-se que o Reino Unido se tem vindo a aproximar deste paradigma, ainda que até aos anos 70 se encontrasse mais próximo do modelo social-democrata.

Relativamente ao modelo continental podem apresentar-se, como exemplos paradigmáticos, países como a França e a Alemanha. Neste modelo, ainda que os mercados de trabalho sejam fortemente regulados e a protecção social seja forte, os níveis de emprego são baixos e não têm vindo a melhorar. Em função desta realidade, uma grande fatia da população com menores recursos tem vindo a desenvolver uma grande dependência relativamente aos esquemas de protecção social, nomeadamente aos subsídios. Há que realçar que a cobertura da protecção social é muito inclusiva, embora não seja uniforme, como na Escandinávia. Os

direitos sociais e o cálculo dos benefícios estão muito ligados à categoria sócio-profissional e até à situação familiar de cada indivíduo. O certo é que as prestações pecuniárias são, na generalidade, muito generosas, expressando-se em benefícios de longa duração e têm uma “...natureza essencialmente “passiva” ou compensatória” (Ferrera, 2000, p.49). Esta situação de dependência tem vindo a criar, obviamente, graves problemas de financiamento do Estado. A carga fiscal mantém-se, por isso, elevada. Refira-se que essa elevada carga fiscal, juntamente com o facto de a legislação laboral ser fortemente protectora dos trabalhadores, dificulta a expansão do emprego tanto no sector público como no privado.

Por fim, existe o chamado modelo do Sul que, segundo Ferrera, não é mais que uma versão pobre do modelo continental, e que serve para designar o tipo de Estado-Providência mais próximo de países como a Itália, Grécia, Espanha e Portugal. Com efeito, se compararmos estes países com os do modelo continental verificamos uma grande assimetria entre os chamados insiders (indivíduos incluídos no mercado de emprego) e outsiders (indivíduos que se encontram excluídos do mercado de emprego). Enquanto os primeiros beneficiam de uma protecção social alargada, os segundos debatem-se com a ausência de sistemas de protecção (saliente-se que Portugal constitui uma excepção a esta realidade porque o sistema de segurança social universal desenvolveu-se tardiamente e é uma rede de segurança relativamente incipiente). O acesso a serviços sociais é altamente deficitário. Muitas vezes esses serviços nem sequer se encontram disponíveis no mercado. Neste modelo há uma forte presença da família na prestação de serviços, pois encontramos, nestes países, uma sociedade civil fortemente assistencialista. A este propósito, também Esping-Andersen referiu que uma característica que define muito bem os sistemas de bem-estar social dos países do Sul é “...o seu forte familialismo, ou seja, a ideia de que as famílias têm a maior quota-parte da responsabilidade pelo bem-estar social dos seus membros, quer em termos de partilha dos rendimentos quer em termos da necessidade da prestação de cuidados” (Esping-Andersen, 1999, p.83). Mas obviamente a família só redistribui capital entre os seus membros, não tem capacidade de realizar uma redistribuição alargada. Ferrera diz que a família funciona nestes países como uma segurança social, o que não acontece nos países europeus mais a norte, onde a família não se constitui enquanto rede de ajuda (Ferrera, 2000). Pedro Adão e Silva considera que “...para compreender a produção do bem-estar na Europa do Sul importa olhar para a forma como protecção social, mercado de trabalho e agregados familiares interagem...” (Silva, 2002, p.38).

Portugal possui características próprias que o afastam um pouco do modelo predominante nos países do Sul. De facto, Portugal distancia-se deste modelo porque tem níveis de emprego mais elevados e porque apresenta melhores indicadores no que toca ao índice de participação feminina no mercado de trabalho. Destaca-se ainda por ser um país “...*infraqualificado, com elevadas taxas de emprego barato...*” (Capucha, 2005, p.233), o que significa que a generalidade da mão-de-obra possui qualificações muito modestas, e a economia mantém-se competitiva em função dos baixos custos do processo produtivo, nomeadamente dos baixos salários.

1.3. Os novos desafios do Estado-Providência

Nenhum dos diferentes submodelos que aqui foram descritos está hoje isento de pressões. Essas pressões são, apenas, de naturezas distintas. Em todos estes modelos há uma necessidade de uma adaptação normativa, funcional e distributiva. Isto significa, no fundo, que se está a tornar pertinente repensar a “...*configuração do Estado-Providência europeu, na tentativa de pôr em prática um sistema de protecção social mais compatível com os tipos de economia, emprego e família actualmente em construção*” (Esping-Andersen, 1999, p.79). No entanto, há que ter em atenção que o Modelo Social Europeu não deve ser entendido como um todo indiferenciável, antes apresenta características específicas que variam em função dos submodelos e dos próprios países. A este respeito, André Sapir profere a seguinte afirmação: “...*Europe cannot and should not have a strategy for reforming national labour market and social policies. It is up to each national government to devise its own strategy*” (Sapir, 2005).

A globalização e o poder das multinacionais, com a ameaça das realocações exercem uma influência não desprezível sobre as políticas nacionais, que tem levado, nomeadamente, à desregulamentação do mercado laboral. Assim, os novos sistemas de emprego revestem-se de dinâmicas de flexibilização, desregulação e individualização das condições de trabalho que estão em permanente crescimento. Proliferam formas de emprego como o trabalho a tempo parcial, o trabalho temporário, a prestação de serviços, etc., com níveis de protecção social que são muito reduzidos ou que, em muitos casos, nem sequer existem. Além dos vínculos precários, tende também a emergir a “cultura do dia de trabalho prolongado”, na medida em que a flexibilidade significa geralmente um aumento das horas de trabalho. E são precisamente “os jovens, ao fazerem a sua primeira entrada no mercado de trabalho...um dos grupos sociais que mais sofre com estas transformações...” (Mateus e Pereira, 2005, p.19). Esta precarização das relações e dos vínculos laborais traduz-se numa

menor segurança laboral, fazendo com que os projectos de vida se tornem, assim, mais difíceis de organizar. Há que ter em conta que “...ao tornar os empregos menos seguros, e ao tornar determinadas qualificações e trabalhadores redundantes, estes desenvolvimentos estão a criar uma maior dependência no subsídio de desemprego, nos apoios públicos à formação e educação e num vasto leque de medidas do Estado-Providência” (Ferrera, 2000, p.15). Na sequência destes constrangimentos aumenta, para a maioria dos jovens, a dificuldade em dar passos tão importantes como comprar ou alugar uma habitação, casar e ter filhos.

Ao mesmo tempo, os efeitos das constantes inovações tecnológicas (que também se tornaram causa e consequência do aumento da concorrência internacional) têm colocado, igualmente, novas preocupações e novos desafios aos Estados-Providência. Isto porque a inovação tecnológica faz despoletar a procura de uma mão-de-obra bem qualificada, o que produz consequências não negligenciáveis sobre os trabalhadores menos qualificados, embora constitua também novas oportunidades para outros.

1.3.1. A questão da transição para a vida adulta

Estas transformações que têm vindo a ocorrer na sociedade em geral e no mercado de trabalho em particular, tem provocado, ao longo das últimas décadas, a erosão do modelo tradicional de transição dos jovens para a vida adulta. Este modelo tradicional é caracterizado pela sucessão de três fases bem distintas: o trajecto escolar; a entrada no mercado de trabalho; o casamento e saída de casa dos pais. Ora estas três fases, não só tendem actualmente a ser adiadas, como deixam de corresponder a três períodos claros e delimitados do processo de transição. Actualmente emergem novos modelos de transição não-lineares, centrados na imprevisibilidade. E deve acrescentar-se que as fronteiras entre o percurso da escolaridade e o mercado de trabalho estão-se a tornar cada vez mais fluidas (Guerreiro e Abrantes, 2004).

No fundo, aquilo que se verifica, hoje em dia, é o facto de a extensão das oportunidades de educação e de formação estar a contribuir para que os jovens adiem a sua entrada no mercado de trabalho, visando aumentar as suas qualificações. Além disso, numa época em que a circulação de informação e de pessoas está a crescer e a vulgarizar-se, muitos jovens preferem adiar as obrigações que resultam da vida familiar, aproveitando primeiro para “viver a vida”, realizando viagens, saídas à noite, etc. E 75% dos jovens permanecem em casa dos pais até ao momento de constituir família, o que é feito cada vez mais tarde. Segundo os Censos de 2001, os solteiros representam mais de três quartos dos jovens com menos de 30 anos. Muitos autores sublinham, no entanto, que este prolongamento da juventude deriva,

acima de tudo, da contracção das oportunidades no mercado de trabalho, em que se sucedem os empregos precários e provisórios, intercalados com fases de desemprego e momentos de formação².

Ao longo dos últimos anos, tem-se assistido, de facto, a uma crise do mercado de emprego, nomeadamente na faixa etária dos jovens. Segundo os Censos de 2001 a taxa de desemprego no país era de cerca de 6.8%, mas subia para os 14% entre os activos com idade inferior a 30 anos. Estes representavam um terço do total dos desempregados. Esta situação não ocorre apenas em Portugal, é transversal a toda a Europa. No entanto Portugal faz parte do grupo de países que apresentam as maiores discrepâncias entre a taxa de actividade dos jovens e a da população em idade activa. A aposta na escolaridade tem sido uma forma de tentar obviar esta situação. E Portugal assistiu, de facto, nos anos 90, a um crescimento acentuado do ensino superior e à duplicação da taxa de licenciados (11%, segundo os Censos de 2001).

É preciso ter, contudo, em atenção que o “diploma universitário”, não é garantia de trajectos profissionais seguros. A realidade é que “...as oportunidades, a realização e o sucesso caracterizam apenas parte dos percursos universitários em Portugal” (Guerreiro e Abrantes, 2004, p.62). Para muitos jovens, o percurso universitário constituiu-se, infelizmente, como uma desilusão, em função da impossibilidade de obter um emprego na sua área de formação. Se é verdade que a posse de uma licenciatura em determinadas áreas de estudo e em certas faculdades se constitui como uma importante mais-valia no sentido de assegurar boas oportunidades no mercado de trabalho e trajectos profissionais seguros, outros cursos existem que poucas oportunidades de trabalho têm proporcionado aos jovens. Na sociedade portuguesa assiste-se ao emergir de um novo grupo que são os “licenciados no desemprego”. Mas, ao mesmo tempo, os dados estatísticos fazem-nos constatar que existe em Portugal um claro défice de quadros médios e superiores em comparação com os restantes países da União Europeia. A grande questão reside no facto de o nosso tecido empresarial ser pouco permeável à contratação de trabalhadores mais qualificados e à mudança organizacional, preferindo empregar trabalhadores de baixo custo. É necessário que haja, portanto, uma maior sensibilização das empresas e instituições públicas para as vantagens da qualificação dos seus recursos humanos e, também, uma maior adequação das ofertas de formação à realidade do mercado de trabalho. Ainda assim, “...a taxa de emprego dos jovens

² José Machado Pais fala, a este propósito, de “trajectórias yô-yô”. Os jovens não conseguem garantir situações de estabilidade profissional, o que os leva a adiar os encargos inerentes a uma vida independente.

é genericamente mais alta quanto maior for o nível de qualificação” (Mateus e Pereira, 2005, p. 41).

De um modo geral, para os jovens mais qualificados a integração no mercado de trabalho vai sendo feita de forma progressiva, sendo que as primeiras experiências de trabalho precário vão conduzindo, através da construção de um currículo, à obtenção posterior de empregos efectivos. Importa referir, no entanto, que para muitos outros jovens, sobretudo para os menos qualificados, as inserções precárias e temporárias, intercaladas com períodos de desinserção profissional, vão-se arrastar durante muitos anos (Guerreiro e Abrantes, 2004). De qualquer forma, pode dizer-se que os períodos de desemprego dos jovens são, normalmente, de curta duração, não sendo sequer, muitas das vezes, declarado e contabilizado oficialmente. Porém, também o desemprego de longa duração entre os jovens parece estar a aumentar. Esta bolsa de desempregados permite aos patrões um enorme poder para impor as condições de trabalho que lhes sejam mais convenientes ao nível das remunerações, horários, funções, etc. (Guerreiro e Abrantes, 2004).

No seguimento de tudo o que foi referido acerca do aumento dificuldades crescentes com que os jovens se confrontam no que toca à integração na esfera laboral, importa chamar a atenção para o facto de estas resultarem também, e em larga medida, da desadequação que se observa em termos de articulação entre a escola e o mercado de trabalho, o que “...*tem constituído, definitivamente, uma das maiores lacunas das políticas educativas e do emprego*” (Mateus e Pereira, 2005, p. 233).

Capítulo 2 – Contextualização

2.1. Os jovens em Portugal – uma realidade heterogénea

Quando falamos de juventude estamos a referir-nos a uma condição social que apresenta inúmeras diferenciações no seu seio. Só terá lógica entender a juventude enquanto «unidade», se estivermos a falar de uma dada fase da vida porque, na verdade, a juventude é uma categoria socialmente heterogénea e diversificada. E isto sucede, em grande parte, por os jovens serem sujeitos a processos de socialização também muito diferentes entre si. Logo, a partir das suas diferentes inserções objectivas, os jovens irão estruturar as suas atitudes e práticas, tornando possível encontrar vários perfis sociais de jovens. Um excelente exemplo que ilustra bem esta diferenciação é o processo de transição para a vida activa. A este propósito deve referir-se, tal como afirma José Machado Pais, que “*os problemas que, contemporaneamente, mais afectam a «juventude» ... são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho*” (Pais, 1990, p.141). Mas, neste ponto, podem-se começar a salientar diferenças existentes entre os jovens com atributos sociais distintos. Assim sendo, é importante começar por destacar que os jovens pertencentes a classes sociais inferiores se sentem pressionados a obter trabalho numa idade mais precoce, enquanto a maioria dos seus homólogos das classes mais favorecidas apenas se preocupam em estudar até bem mais tarde. E muitos destes jovens, apesar de não abandonarem os estudos, vêem-se obrigados a tentar conciliá-los com formas atípicas de emprego. Daí que uma das principais categorias sociais a trabalhar a tempo parcial em Portugal sejam os trabalhadores-estudantes. Obviamente que nem todos os trabalhadores-estudantes serão provenientes de famílias com escassez de recursos económicos e que a opção de conciliar a escola e o trabalho pode ter a ver com os mais variados projectos de vida e valores familiares. No entanto, para uma larga franja, esta é a única forma de custear pelo menos uma parte das suas despesas, de forma a tornarem-se autónomos relativamente às famílias de origem, as quais não terão capacidade económica para fazer face a todos os custos com os estudos e outras despesas de consumo dos seus descendentes.

São também os jovens provenientes de classes com menor capital económico que, após se encontrarem já inseridos no mercado de trabalho, mais se preocupam com uma possível situação de desemprego, já que não podem contar com o apoio financeiro das suas famílias. Só os jovens provenientes das classes com maior poder económico (e, são esses que,

normalmente, possuem qualificações superiores) podem esperar com relativa tranquilidade até que encontrem um emprego que corresponda às suas aspirações. Pode, portanto, verificar-se como razões de índole económica se constituem, à partida, como factores estruturantes das trajectórias juvenis, condicionando as práticas e atitudes dos jovens.

Mas também as razões culturais são fundamentais na influência que exercem em termos de transição para a vida activa. Há certas categorias sociais que desvalorizam as vantagens que a formação escolar potencia ou que consideram que a partir de uma determinada idade o jovem deve começar a trabalhar, justamente por, no seu meio, isso ser valorizado socialmente. De igual modo, o capital escolar dos pais exerce uma influência elevada na determinação da formação escolar que os filhos virão a atingir. Ainda que a esmagadora maioria dos jovens portugueses obtenha um nível de habilitações escolares superior à dos seus pais, normalmente os patamares atingidos pelos primeiros variam de forma proporcionalmente directa à dos segundos.

As razões apontadas ajudam-nos a compreender melhor a existência de perfis de juventude diferenciados e a heterogeneidade de atitudes e práticas que podem caracterizar o percurso dos jovens (para o que aqui nos interessa, em termos de entrada no mercado de trabalho) em função do seu processo de socialização. No fundo, tal como afirma José Machado Pais, “... *não são apenas processos externos aos indivíduos (mercado de trabalho e estruturas de oportunidade, acontecimentos históricos colectivos, etc.) que determinam as suas trajectórias sociais (individuais e familiares), mas também processos internos respeitantes não apenas aos indivíduos como ainda às próprias famílias*” (Pais, 1991, p. 962). E é bastante plausível pensar que estes diferentes percursos, delineados em função da pertença a meios sociais diferenciados, possam vir também a influenciar as atitudes dos jovens face ao papel do Estado e às políticas de transição para a vida activa. Essa é uma questão que a presente investigação visa ajudar a compreender.

Outra questão muito importante e que não pode deixar de ser tida em conta é facto de a inserção profissional das mulheres ser bem mais problemática relativamente aos homens, denotando uma vulnerabilidade maior face ao emprego e à precariedade. Assim, se somarmos ao facto de ser jovem, o facto de ser mulher, teremos de admitir as inquestionáveis dificuldades sentidas pelas jovens na altura de enfrentarem o mercado de trabalho. Não causa, por isso, qualquer admiração que sejam elas a permanecer no sistema de ensino durante maior período de tempo, visando aumentar o seu nível de habilitações de forma a garantirem um

maior equilíbrio competitivo, com os seus pares masculinos, no mundo do trabalho. São também estratégias de emancipação feminina, visto que ao desenvolverem uma carreira profissional estão a dar um passo no sentido de adquirirem maior autonomia e liberdade.

De qualquer forma, é mais fácil para elas, quando confrontadas com uma situação de desemprego, encontrar um estatuto de substituição, sendo que o mais óbvio é o de doméstica. Deste modo podem adoptar um modelo de comportamento que é socialmente aceite. Mas também há que ter em conta o facto desse estatuto apenas ser valorizado em determinados meios, como é o caso das classes baixas e das classes elevadas. Já, para as raparigas de condição social média e com níveis de escolarização elevada, é extraordinariamente importante sentirem-se realizadas profissionalmente.

Alguns estudos têm vindo a permitir perceber um pouco melhor quais as representações que os jovens possuem, relativamente aos problemas com que se deparam ao longo de todo o seu processo de transição para a vida adulta.

Mas pode começar-se por fazer referência a uma questão mais geral: as representações que os jovens possuem acerca do modelo ideal de Estado-Providência. A este propósito existem os dados do European Social Survey (ESS), cujos primeiros estudos acerca das atitudes sociais na Europa datam de 2002. Em alguns países europeus, os resultados dessa pesquisa permitem-nos constatar que, relativamente à intervenção do Estado na economia, são os jovens os que menos aprovam a redução do intervencionismo estatal (Ferreira, 2006). Mas em Portugal não se verificaram diferenças de atitudes em função da idade. O que se pode constatar é o facto de, à semelhança da maioria dos países europeus, a orientação de pendor liberal ser bastante reduzida no nosso país, atitude que é transversal a todos os escalões etários.

No que toca à questão mais específica da transição para a vida activa, deve-se aludir aos dados do *Inquérito à Juventude Portuguesa*, realizado em 1997. Este inquérito realizou-se junto de uma amostra da população residente no território continental português (jovens dos 15 aos 29 anos) e permitiu perceber que, para a maioria dos jovens portugueses, o facto de o desemprego juvenil dar mostras de estar a aumentar não surge em consequência de causas individuais próprias como, por exemplo, a sua pouca vontade de trabalhar. Esta população também não procura atribuir responsabilidades ao sistema de ensino para explicar este fenómeno, embora hoje se oiçam vários discursos políticos que exaltam a inadequação da escola ao mercado de trabalho. Na realidade, os jovens acreditam que o problema passa,

predominantemente, pela existência de um volume de emprego cada vez menor em resultado das transformações socioeconómicas que se têm vindo a verificar.

De forma muito sintética, pode então referir-se que o desemprego é vivido de formas muito diferentes em função das características sócio-demográficas que os jovens apresentam. Enquanto para uns o desemprego é sinónimo de preocupação e angústia, outros tendem a entendê-lo como estruturalmente inevitável e, até certo ponto, vantajoso.

No seguimento daquilo que tem vindo a ser dito acerca da juventude portuguesa da contemporaneidade e da diversidade que a caracteriza, há uma questão que acaba por emergir: perante formas tão diversas de viver e encarar o processo de transição para a vida activa, será possível encetar uma política unificada de combate ao desemprego e precariedade juvenil? Essa é uma questão que a presente pesquisa poderá ajudar a clarificar, através da análise das representações e atitudes que os estudantes universitários possuem relativamente àquilo que devem ser as funções sociais do estado bem como as soluções políticas mais adequadas à resolução destes problemas.

2.2. Porquê os estudantes universitários?

No âmbito da presente investigação, decidiu-se que o universo de estudo seria constituído somente por estudantes universitários, mais especificamente, por estudantes que se encontrem a realizar o último ano das respectivas licenciaturas e mestrados em universidades da cidade de Lisboa. Esta escolha, obviamente, não foi feita por acaso. É inquestionavelmente verdade que poderia ser muito interessante inquirir indivíduos de outra qualquer categoria, que não a de estudantes universitários, acerca de questões relativas ao papel do Estado e à forma como as políticas podem intervir no processo de transição dos jovens para a vida activa. Seria até muito interessante fazê-lo junto de uma amostra representativa da população portuguesa, cujas opiniões a este respeito seriam indiscutivelmente importantes. Mas não passa por aqui o objectivo desta análise.

Porquê, então, os estudantes universitários? No fundo, esta opção foi tomada por mais do que um motivo. Em primeiro lugar, por se ter pensado na relevância que os estudantes universitários virão, certamente a ter, durante as próximas décadas, na sociedade portuguesa³.

³ Além da importância que resulta do elevado capital escolar e cultural que transmite, verifica-se que a importância crescente do Ensino Superior também se manifesta através da evolução crescente do número de novos diplomados em cada ano. Segundo dados do GPEARI, no ano lectivo de 1995/96 registaram-se 39 216 novos diplomados. Esse número tem vindo a crescer continuamente, sendo que, em 2006/07, foram 83 276 os estudantes terminaram um grau do Ensino Superior.

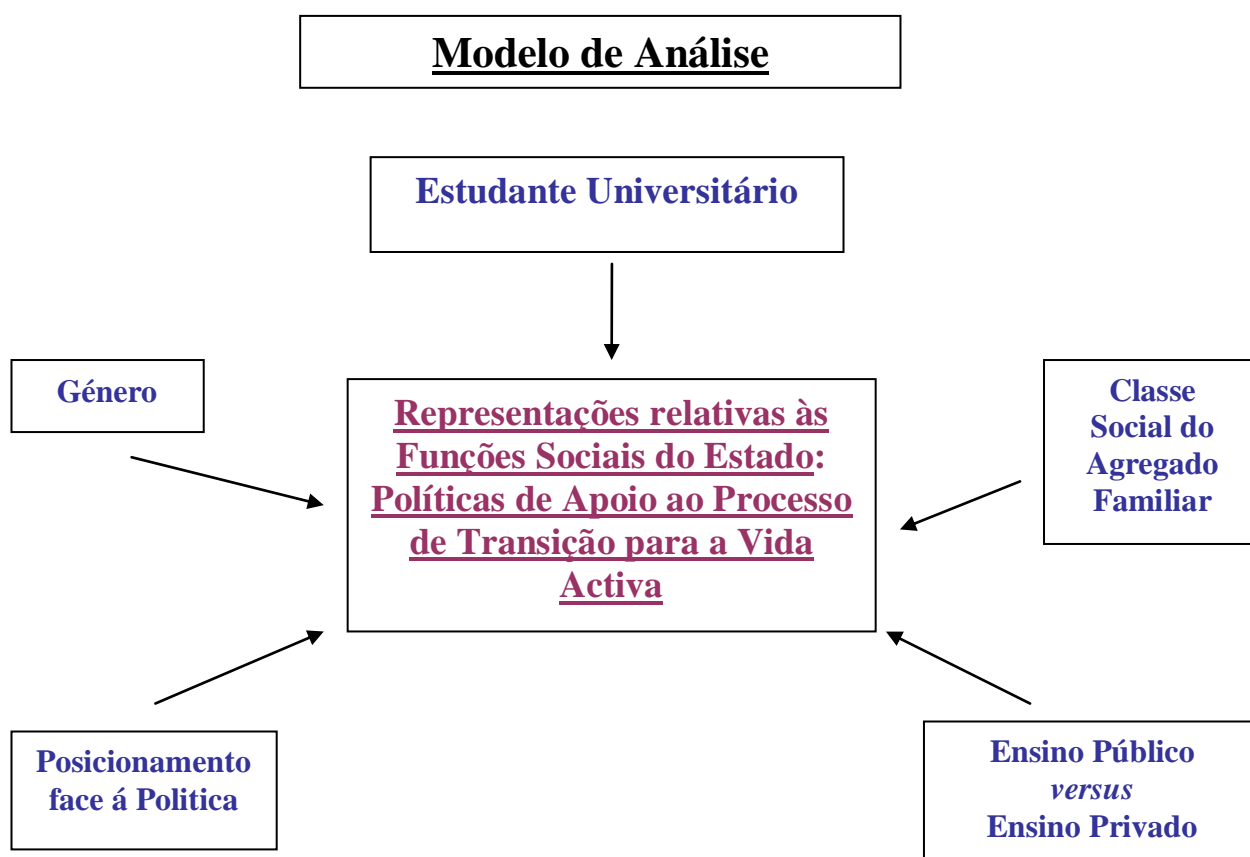
Efectivamente, a pertinência deste estudo advirá, em grande parte, do facto da população universitária, se constituir como um “...sector social que deverá ter uma influência social e cultural importante na sociedade portuguesa no futuro próximo...” (Casanova, 2003, p. 89).

De facto, os indivíduos com cursos superiores desempenham, regra geral, as profissões mais qualificadas. Por isso, frequentemente, estão também mais ligados e mais próximos dos chamados “centros de decisão”. São eles que ocupam a grande maioria dos cargos políticos e que desempenham posições de direcção e chefia dentro das empresas e em organismos estatais. Além disso, é expectável que venham a ter uma participação e relevância nos meios de comunicação social superiores ao que se verifica para a população em geral. Nesta medida, ao termos uma ideia das representações e atitudes que os estudantes são portadores face às funções sociais do Estado, estaremos certamente, a tentar compreender quais os comportamentos que esta geração universitária de Lisboa poderá adquirir no futuro. Os estudantes universitários possuem um interesse sociológico muito próprio na medida em que se constituem, nos dias de hoje, como “...um segmento da população particularmente decisivo pelo seu protagonismo social – quer enquanto jovens estudantes, quer nos seus destinos sociais potenciais – e pelo facto de neles se revelarem muitas das dinâmicas de mudança social e cultural mais importantes da actualidade” (Machado et al. 2003, p. 47).

Mas convém frisar que não se trata de fazer uma pesquisa acerca de representações e atitudes no âmbito de uma esfera unicamente ideológica e política, mas também ao nível, muito mais concreto, das políticas de apoio ao processo de transição dos jovens para a vida activa. A questão que mais especificamente irá aqui ser abordada relaciona-se com o processo de transição dos jovens para a vida activa. Assim, esta é mais uma excelente razão para se ter decidido abordar a jovem população universitária. Isto porque são os jovens – precisamente por serem jovens – que se encontram directamente afectados por este problema. Além disso, entre os jovens, são precisamente os jovens universitários, quem mais tende a adiar a entrada no mercado de trabalho, em resultado, precisamente, de decidirem prolongar os seus estudos e aumentar as suas qualificações, efectuando normalmente mais tarde o seu processo de transição. Assim, houve também a preocupação de se escolherem estudantes do último ano de licenciatura ou que se encontrem a frequentar mestrado, pois acreditamos que serão estes os alunos que estarão já mais preocupados com a transição do sistema de ensino para o mundo do trabalho, pelo facto de esta se avizinhar para breve.

2.3. Construção do modelo teórico

No seguimento da questão de partida que aqui se apresenta como fundamental, surgem outras questões consideradas importantes e que se pretendem analisar. Quer-se com isto dizer que a população universitária, à semelhança da juventude portuguesa tomada no seu todo, não é homogénea e, portanto, não bastará realizar uma análise acerca das representações que o conjunto dos estudantes possui relativamente ao papel social do Estado em geral e à questão das políticas de apoio à transição para a vida activa em particular. Assim, o objectivo desta pesquisa é tentar compreender as representações dos estudantes em função de um conjunto de características sócio-demográficas: o género, a classe social do agregado familiar, o posicionamento face á política, o facto de frequentarem o Ensino Público ou o Ensino Privado, etc. No seguimento do que acabou de ser referido, chegou-se à elaboração do seguinte modelo de análise, o qual servirá de suporte à presente investigação.



De acordo com os objectivos propostos para este trabalho, constituíram-se algumas hipóteses de análise, as quais irão ser testadas ao longo de toda a pesquisa. As hipóteses são, então, as que se apresentam em seguida:

Hipótese 1 – Os estudantes finalistas de licenciatura ou que estão a realizar mestrado, por se encontrarem numa fase do seu ciclo de vida em que estão muitas vezes prestes a iniciar um trajecto de transição para a vida activa (ou a dar passos já no seu decurso), terão tendência a preferir uma concepção do Estado que tenha intervenção e proporcione apoio activo neste domínio.

Este pressuposto explica-se então pelo facto de o modelo social-democrata, e em certa parte o modelo continental, se caracterizarem pelo investimento que o Estado realiza na formação do mercado de trabalho e pela existência de sistemas de protecção relativamente generosos.

Hipótese 2 – Iremos igualmente testar a hipótese de existir uma relação entre o género e as representações e atitudes dos jovens estudantes acerca das funções sociais do Estado. Formulamos esta relação sob a perspectiva de serem as mulheres quem mais adere ao modelo social-democrata. Na prática, mesmo exercendo uma profissão, as mulheres tendem a realizar a esmagadora parte do trabalho doméstico não pago (Torres et al, 2005). Há uma situação de profunda assimetria neste domínio, já que as mulheres são quem se ocupa, de uma forma geral, com as tarefas relativas à casa e ao cuidado com as crianças e idosos. Deve salientar-se que as políticas de conciliação entre as esferas familiar e profissional que se traduzem na existência de redes universais e gratuitas de creches, infantários, etc., são típicas dos países com modelos social-democratas. O modelo continental também tem políticas que visam promover esta conciliação mas assentam sobretudo na diferenciação de género (licenças de maternidade prolongadas, incentivos ao trabalho feminino em part-time, etc.) e o modelo liberal não é inclusivo.

Hipótese 3 – No que concerne à classe social do respectivo agregado familiar, parte-se da hipótese de os indivíduos provenientes de famílias com posições favorecidas na estrutura de classes tenderem a afastar-se mais do modelo social-democrata, ao passo que os estudantes cuja condição social do agregado é menos favorecida optam por este.

Hipótese 4 – Parte-se do pressuposto de que os estudantes que frequentam o Ensino Superior Privado tendem a preferir mais o modelo liberal quando comparados com aqueles que estudam no Ensino Público. Este pressuposto baseia-se no facto de os estudantes do Ensino Privado, precisamente por estarem numa instituição privada, tenderem a incorporar a lógica do mercado privado e a desvalorizar a actuação do Estado, neste como noutros campos.

Hipótese 5 – Julga-se que os indivíduos que se posicionam à esquerda do espectro político tenderão a apoiar mais o modelo social-democrata de Estado-Providência (porque preocupações de natureza social e de redução das desigualdades se associam predominantemente à esquerda). Pomo igualmente a hipótese de os estudantes que afirmam sentir maiores afinidades com a direita política darem preferência aos modelos continental e liberal, (sendo o primeiro de tipo diferenciador quanto aos apoios sociais que proporciona e o segundo não é intervencionista na esfera social).

Partindo destas hipóteses tentar-se-ão compreender as representações dos estudantes acerca das funções sociais do Estado, colocando sempre o principal enfoque nas políticas de apoio ao processo de transição para a vida activa.

Mas antes de mais, convém esclarecer o significado deste conceito-chave com o qual se irá trabalhar: *representações* face ao papel do Estado. No caso concreto deste trabalho, as representações face ao Estado poderão assumir um pendor *social-democrata*, *liberal* ou *continental*. Serge Moscovici, um dos autores que desenvolveu a teoria das representações sociais, afirma que estas são corpus organizados de conhecimentos e uma das actividades psíquicas que permitem ao ser humano tornar a realidade física e social inteligível. Este autor considera que a representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, constituindo um instrumento de orientação da percepção e de elaboração das respostas (Moscovici, 1976).

Também se irão medir as *atitudes e práticas* dos estudantes face à política. Convém esclarecer estes dois conceitos. As atitudes são predisposições que o indivíduo possui para reagir preferencialmente face a uma dada situação, com base numa avaliação que faz dessa mesma situação. São relativamente estáveis e duradouras. Já, as práticas, (medidas aqui unicamente através do indicador “costuma votar?”), estão ligadas a formas de fazer, a competências, a actividades regulares e convencionais.

Estes conceitos-chave, irão, nas várias dimensões em que são abordados, unir-se à verificação através de diversos indicadores. São estes que permitem a continuidade entre a construção de conceitos e a observação, ao indicarem as informações a obter e as perguntas a colocar. O quadro de operacionalização de conceitos, (no qual se podem analisar mais aprofundadamente todos os conceitos, dimensões, indicadores e perguntas do questionário), pode ser consultado no anexo A.

2.4. Procedimentos metodológicos

O objectivo desta investigação consistiu, como referi, em realizar um levantamento de informações, entre os estudantes universitários da cidade de Lisboa, com o intuito de verificar quais as representações que estes possuem acerca do papel do Estado.

De forma a dar conta desta realidade, delineou-se uma estratégia metodológica que se traduziu numa pesquisa de carácter quantitativo e que redundou na elaboração e aplicação de um inquérito por questionário em várias faculdades da cidade de Lisboa. A opção por este tipo de estratégia foi produzir informação estatística através da qual se pudessem verificar, recorrendo a um universo relativamente alargado, a validade das hipóteses construídas na primeira fase. O intuito que esteve na origem da escolha desta metodologia relacionou-se com a possibilidade de realizar uma aproximação exploratória às representações dos universitários de Lisboa.

A amostra construída não é, pois, representativa. Para que isso acontecesse, as unidades que a constituem, em princípio, teriam de ter sido escolhidas “...por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma probabilidade de fazer parte da amostra” (Ghiglione e Matalon, 2001. p.30), de forma a que esta pudesse apresentar características idênticas às da população.

O tipo de amostragem com que se resolveu trabalhar designa-se por “amostragem no local” e é bastante utilizada quando o interesse do investigador incide numa população para a qual não há acesso a uma base de sondagem. Neste caso, essa base de sondagem existe mas não seria viável que todas as universidades (ou uma entidade ministerial) nos disponibilizassem uma listagem com o nome dos alunos matriculados e ainda mais difícil seria convocar os alunos sorteados aleatoriamente para responder ao inquérito. Assim, optou-se por utilizar uma amostragem não probabilística, intencional, realizada no local⁴. Obviamente, este método provoca enviesamentos porque, dependendo das faculdades que se visitam, dos locais onde se procuram os estudantes no interior dessas faculdades (cantina, pátio, biblioteca, etc.), ou do momento do dia em que se aplicam os questionários, tenderemos a encontrar determinados estudantes em detrimento de outros.

Não havendo, como referi, a possibilidade de alcançar a representatividade da amostra, esta pesquisa tem um carácter eminentemente exploratório, em que o intuito é explorar as

⁴ A opção pela amostragem no local também está relacionada com o tipo de população que se pretende estudar – população universitária - pois as instituições de ensino superior funcionam como o espaço físico onde é mais fácil encontrar estes estudantes.

representações que os estudantes têm acerca do papel do Estado, procurando estabelecer relações entre esses conceitos e características, quer sócio-demográficas, quer de posicionamento ideológico, preferências partidárias, etc. Essa análise permite-nos uma aproximação à realidade em questão e deixa algumas pistas que poderão vir a ser úteis a futuros estudos que se venham a realizar, e no âmbito dos quais se poderá vir a recorrer a amostras mais alargadas ou mesmo representativas.

Ainda assim, foram tomadas algumas precauções de modo a que se pudesse obter uma amostra aceitável e que garantisse abrangência do ponto de vista teórico. Para isso visitou-se um leque alargado de faculdades (foram inquiridos 218 alunos, de 13 instituições de ensino distintas, tanto do ensino público como do privado, e de 55 cursos diferentes). Procurou-se variar a hora do dia em que se aplicavam os questionários (há que ter em conta, a título de exemplo, que se este trabalho de campo nunca se tivesse efectuado depois das 18h mais dificilmente contaríamos com a presença de trabalhadores-estudantes na amostra), bem como diversificar os próprios espaços físicos de aplicação dos questionários. Houve também a preocupação de não tornar o questionário muito extenso, de modo a que pudesse ser preenchido num espaço de tempo relativamente curto (em média os questionários foram preenchidos entre 10 e 15 minutos). Este cuidado resultou da tentativa de minimizar as taxas de recusa em responder e um possível enviesamento das respostas que poderia acontecer caso alguns estudantes, perante um questionário muito longo, não tivessem muito tempo ou paciência para o ler com a atenção necessária. Resta acrescentar que houve também uma reflexão acerca do modo como deveriam ser colocadas as questões, tentando adaptá-las ao capital verbal da população-alvo (apesar de ser uma população com elevadas qualificações, o estudo versa sobre assuntos em que muitos estudantes universitários não pensarão diariamente). Assim, tentou-se simplificar a linguagem, de modo a evitar interpretações erradas.

Capítulo 3 – Análise dos Resultados

3.1. Perfil social e político-ideológico da amostra

A amostra sobre a qual esta pesquisa incide é constituída por 218 estudantes, os quais se distribuem por 55 cursos das mais variadas áreas de estudo (quer sejam licenciaturas ou mestrados) leccionados em 13 diferentes instituições de Ensino Superior da região da Grande Lisboa. Entre os inquiridos foi possível concluir que a maioria (75.2%) está a frequentar a licenciatura ao passo que 23.4% afirmaram estar a realizar mestrado.

Os estudantes abordados têm idades compreendidas entre os 20 e os 42 anos de idade, sendo que se constata uma idade média de 24 anos. Há uma ligeira maioria de estudantes do sexo feminino na amostra (cerca de 53%), o que aliás vem de encontro aos dados que revelam existir um maior número de mulheres a frequentar o Ensino Superior em Portugal. A percentagem daqueles que se declaram trabalhadores-estudantes é minoritária (35.5%) e quase todos são solteiros (87.6%).

No que concerne ao perfil social da amostra restará acrescentar que a maioria dos estudantes que compõem esta amostra encontram-se a estudar em estabelecimentos de ensino público (70.2%) e provêm das classes sociais mais favorecidas na hierarquia de classes, (para o efeito foi utilizada a tipologia ACM⁵), ou seja, cerca de 65% pertencem a agregados familiares classificados como EDL's (28%) ou PTE's (37.2%), o que vem corroborar a teoria de que os grupos domésticos de origem se configuram “...*enquanto contextos de mobilização de recursos partilhados e de processos de socialização construídos em comum...*” (Machado et al., 2003, p.53) e que a desigualdade na distribuição de recursos aos níveis económico, escolar, cultural ou relacional contribuem significativamente para o aumento ou diminuição da probabilidade de ingresso no Ensino Superior⁶.

No que respeita às atitudes e práticas face à política, começou por se perguntar aos estudantes qual o partido de que se sentiam mais próximos. E chega-se à conclusão que grande parte destes estudantes não possui uma clara identificação com qualquer partido. A

⁵ Para aprofundar, ver “Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 66”.

⁶ Dados recentes continuam a confirmar que existe um certo padrão de recrutamento por classe (consultar Martins, Susana da Cruz et al (2005), “Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal” in *Temas e Estudos de Acção Social*, Nº 5, Lisboa, DGES).

resposta “nenhum” foi, com efeito, a opção mais vezes assinalada (35.3% desta população). Este indicador revela bem a elevada falta de identificação partidária que se regista na população universitária⁷. Continuando com a análise foi possível constatar que a seguir à opção “nenhum” surgem os dois partidos que desde o 25 de Abril têm alternado no governo, tendo o PS⁸ um ligeiro ascendente (22%) sobre o PSD (20.2%). Como 3ª força política mais importante surge o Bloco de Esquerda (11.5%) o que, atendendo à população que se está a estudar, só vem confirmar o facto de ser um partido que possui um eleitorado jovem, urbano e fortemente escolarizado. Segundo Carlos Jalali, “...o sucesso do Bloco de Esquerda nestes eleitorados tem sido interpretado como resultado de uma certa postura pós-materialista” (Jalali, 2003, p. 561). Quanto ao PP e à CDU, os restantes partidos com assento parlamentar, recolhem menor simpatia junto dos universitários de Lisboa, apresentando valores muito modestos (3.7% e 2.8%, respectivamente)⁹.

Em seguida, os estudantes foram indagados acerca da regularidade com que costumam votar. A maioria (63.8%) vota sempre ou quase sempre, ao mesmo tempo que uma proporção muito significativa desta população (26.6%) admitiu nunca ou quase nunca votar. E 9.9% afirmaram votar “às vezes”. Estes dados vêm demonstrar o desinteresse de grande parte dos universitários face à política¹⁰.

Casimiro Balsa afirma que este desinteresse é, em grande parte, explicado pelo próprio contexto político, ou seja, é resultado da ausência de debate ideológico e do crescente pragmatismo das acções políticas que cada vez mais tomam o lugar das lutas ideológicas que se verificavam nos anos subsequentes ao 25 de Abril de 1974. Segundo este autor “...quando a crença em projectos ideológicos cedeu lugar à decepção e o confronto ideológico cedeu

⁷ Este fenómeno foi já abordado por Manuel Villaverde Cabral, autor que defende que esta “...desidentificação partidária de muitos jovens não reflecte apenas a sua alegada despolitização, mas também, e sobretudo, uma certa inadequação da actual oferta político-partidária às aspirações e problemas de uma boa parte da juventude” (Cabral, 1998, p. 363)

⁸ Na altura em que este inquérito foi realizado, é o PS que está no Governo.

⁹ Devido ao facto de termos um número bastante escasso de estudantes que referiram identificar-se com a CDU (6 casos) e com o MRPP (apenas 1) optou-se por agregá-los numa grande categoria, juntando-os aos universitários que se afirmaram próximos do Bloco de Esquerda. Acredita-se que esta categoria é perfeitamente válida para o efeito pretendido, uma vez que estes são três partidos que se colocam no espaço ideológico mais à esquerda. Esta categoria agrupa 14.7% da população universitária de Lisboa.

¹⁰ A constatação de que existe um nível elevado de desinteresse pela participação política não se esgota na abstenção eleitoral. Este é somente um entre vários indicadores que têm sido utilizados na verificação desta realidade.

lugar ao pragmatismo da acção política, os jovens desinteressaram-se do debate político” (Balsa, 2001, p.147)¹¹.

A propósito do posicionamento ideológico¹² chegou-se à conclusão que a maioria dos estudantes tende a colocar-se ao centro, com um ascendente do centro-direita (30.3%) sobre o centro-esquerda (28.4%) que acaba por ser irrelevante. Constatou-se também que é bem menor o número daqueles que fogem ao centro e se colocam num espaço mais conotável com a direita (16.1%) ou a esquerda (15.6%). O posicionamento médio dos indivíduos na escala é 6. Estes valores aferidos junto da população universitária de Lisboa vão ao encontro do que se regista em termos de eleitorado global, onde se verifica a existência de uma tendência claramente centrista. Este posicionamento ideológico ao centro acaba por ser “...coerente com o esbatimento da dicotomia esquerda/direita enquanto eixo orientador da discussão política” (Balsa, 2001, p.173)¹³.

3.2. Análise geral dos resultados da pesquisa

Começar-se-á aqui por descrever as representações que os estudantes têm acerca do papel do Estado, nas várias dimensões abordadas.

Abordemos, em primeiro lugar, a resposta relativa à Organização Geral do Modelo Social do Estado. Na primeira questão era pedido aos inquiridos que escolhessem a resposta que consideravam ideal entre três possíveis, (as quais procuram construir aproximações a modelos-tipo de organização do Estado). Esta questão permitiu verificar que a maioria dos estudantes prefere um modelo social-democrata, em que o Estado proporciona sistemas de protecção social de elevada qualidade a toda a população e garante um rendimento mínimo a

¹¹ Por outro lado não deve deixar de se referir que os estudantes do Ensino Superior são, apesar de tudo, politicamente mais participativos quando comparados com a média da população juvenil. Esta realidade resulta naturalmente das características que os indivíduos que alcançam este nível de ensino possuem tendencialmente (origens socioeconómicas mais favorecidas, capital escolar familiar elevado) a par da acumulação de capital cultural que a frequência universitária proporciona, de possíveis participações associativas, etc. (Balsa, 2001).

¹² Utilizou-se uma escala de 1 a 10, de forma a medir o posicionamento político-ideológico dos indivíduos, na qual 1 representa o valor mais à esquerda e 10 o valor mais à direita. Posteriormente essa escala foi recodificada de forma a considerar que eram de esquerda os estudantes que assinalavam valores entre 1 e 3; de centro-esquerda os que optavam pelos algarismos 4 ou 5; de centro-direita quem se decidia pelo 6 ou 7; e finalmente os algarismos de 8 a 10 correspondiam à direita.

¹³ De qualquer forma, tendo em conta que a temática deste estudo são as representações dos indivíduos relativamente às funções sociais do Estado, deve aqui salientar-se que as atitudes face aos temas políticos não são a única variável que influencia o posicionamento dos indivíduos na escala esquerda-direita. Segundo André Freire, um estudo recente baseado no *World Values Survey 1990* e no *European Value Study 1999*, permitiu perceber que em países como Portugal e Espanha, “...o posicionamento na escala esquerda-direita funciona mais como uma identificação partidária...” (Freire, 2003, p.504).

quem dele necessita. 63.8% dos estudantes escolheram esta opção, sendo que apenas 3.2% optaram pelas características de um Estado cuja organização assenta em princípios liberais, que promovem um Estado proporcionador de benefícios sociais modestos e entregues apenas à população activa, com intuito de encorajar a autonomia individual e o bom desempenho de cada um no mercado de emprego.

1-) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

Opções de Resposta	Percentagem de Respostas
O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	63,8%
A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	32,6%
O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego	3,2%
Não Respondeu	0,5%
Total	100,0%

Após a escolha do modelo de Estado que consideravam ideal, os estudantes tiveram de se pronunciar acerca do pagamento de impostos, outro vector fundamental da relação dos cidadãos com a organização do Estado. Os dados são, neste ponto, curiosos. É que, apesar de defenderem a existência de uma protecção social forte e universal para financiar as despesas que este modelo comporta, apenas 10.1% dos estudantes consideraram importante pagar elevados impostos (prática que vigora nos países de tradição social-democrata). Este é precisamente o dilema que se coloca nos países com modelos social-democratas¹⁴. A resposta da maioria passa por uma solução aproximada da prática dos países continentais, considerando que é importante pagar impostos embora estes não devam ser demasiado elevados (74.8% escolheu esta opção).

¹⁴ No entanto, o facto de considerarem que a carga fiscal não deve ser demasiado elevada pode significar a rejeição de ver diminuir os seus próprios orçamentos mas também o receio do abrandamento que esse fenómeno poderia provocar na actividade económica em geral.

Procurou-se também entender quais as representações dos estudantes no que toca ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa. Esta dimensão refere-se aos jovens em geral. Constatou-se que a maioria dos estudantes, de entre três indicadores, escolheu a opção associada ao modelo continental (53.2%), ainda que a diferença para o modelo social-democrata não tenha sido esmagadora (44.5%). Percebe-se que, para a maioria, o Estado não deve apoiar os jovens de forma tendencialmente igualitária (como postula o modelo social-democrata). Quanto a uma opção mais liberal (a qual defenderia que o Estado deve auxiliar apenas os jovens que vivam em condições graves de pobreza e exclusão social) volta a apresentar uma frequência residual, tendo sido escolhida por menos de 2% dos estudantes.

2-) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...

Opções de Resposta	Percentagem de Respostas
Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam	44,5%
Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país	53,2%
Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas	1,8%
Não respondeu	0,5%
Total	100,0%

De seguida, os estudantes depararam-se com uma lista de nove mecanismos que o Estado pode utilizar para prestar apoio ao referido processo de transição. De entre estes nove mecanismos os indivíduos tiveram de escolher três, sendo que para cada um dos modelos de Estado existem três mecanismos que servem tendencialmente como seus indicadores. Neste ponto há que aludir ao facto de hoje em dia não existirem modelos estanques e, por isso, o mesmo mecanismo pode revelar-se ajustado a qualquer um dos modelos. Estes mecanismos constituem apenas uma tentativa de aproximação à lógica que subjaz a cada modelo.

E é curioso verificar que, ao contrário da resposta anterior, em que é residual a percentagem daqueles que escolheram a opção que ilustra tendencialmente o modelo liberal, seja agora um mecanismo de pendor liberal aquele que foi escolhido o maior número de vezes. Esse mecanismo passa por estimular sobretudo a ligação das universidades às empresas, de modo a melhorar o desempenho das pessoas no mercado de trabalho, a

capacidade de resposta às necessidades das empresas e a competitividade da economia. Foi escolhido por 68.8% dos estudantes. No entanto, e apesar de um certo espírito liberal que lhe está subjacente (precisamente por propor que haja, acima de tudo, uma preocupação de dar resposta às necessidades do tecido empresarial em termos de recursos humanos, de modo a estimular o crescimento económico), a verdade é que este mecanismo se constitui como uma solução técnica que pode efectivamente aumentar a empregabilidade dos jovens e que ideologicamente não contraria de forma alguma o espírito de nenhum dos outros dois modelos. Além disso esta é a única das nove opções que está exclusivamente direccionada para estudantes universitários e há que ter em conta que o questionário foi aplicado precisamente a estudantes desse nível de ensino.

Em segundo lugar, referido por 48.6% dos estudantes, surge um mecanismo característico do modelo continental (mas que também existe no modelo social-democrata), ou seja, o reforço dos mecanismos de apoio para jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, de modo a apoiar aqueles que têm dificuldades na inserção no mercado de trabalho. A opção por este mecanismo configura-se como uma solução que visa a redistribuição de recursos, em que o auxílio se focaliza mais naqueles que têm maiores dificuldades.

Em terceiro lugar surge a opção que menciona a atribuição de estímulos ao empreendedorismo e à criação do seu próprio emprego, mecanismo que se aproxima do modelo liberal (escolhido por 34.9% dos estudantes).

Por contraponto, ao analisar as opções menos escolhidas, pôde-se verificar que uma se destaca claramente: a criação de licenças familiares mais prolongadas e o apoio ao trabalho a tempo parcial para estimular que um dos jovens cônjuges tenha mais tempo para se dedicar à esfera familiar. Este mecanismo é um indicador do modelo continental e foi citado por apenas 11.9% dos inquiridos, o que parece natural visto que na sociedade portuguesa não há tradição de trabalho a tempo parcial. Além disso, esta solução tenderá a ser encarada como possuindo um carácter conservador, uma vez que em Portugal há já algumas décadas que a mulher, tal como o homem, trabalha a tempo inteiro fora de casa. Além disso, o facto de os respondentes ao questionário serem estudantes universitários deixa antever que a realização de uma carreira profissional é um objectivo importante, sendo previsível que considerem que esta não se poderá desenvolver a tempo parcial.

As respostas a esta questão fazem crer, como de certo modo era expectável, que para os estudantes universitários, muito mais importante que a protecção social é a obtenção de um

emprego. Ao contrário dos resultados de questões anteriores, as respostas parece que se fundamentaram, neste caso, numa atitude muito mais pragmática do que propriamente ideológica, o que não será de estranhar visto que se tratam de mecanismos concretos de apoio. Deste modo, não parece possível que se possa falar aqui de uma preferência clara por determinado modelo, apesar de ser necessário chamar a atenção para o valor que nesta dimensão a população universitária atribui a propostas com um pendor orientado para o mundo do emprego.

O Financiamento do Ensino Superior constitui-se como outra dimensão utilizada para aferir as representações dos estudantes face ao papel do Estado. Uma vez mais os inquiridos foram confrontados com uma bateria de três indicadores de entre os quais teriam de escolher um. E a maioria escolheu a opção característica do modelo continental. Com efeito, 58.7% dos estudantes considerou que o Estado deve realizar investimentos de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e/ou das respectivas famílias. E volta a constatar-se a fraca aprovação que as políticas liberais colhem junto dos estudantes. Apenas 3.7% desta população considerou que o financiamento do Ensino Superior não deve pertencer ao Estado mas sim aos estudantes e respectivas famílias.

No que reporta ao Combate ao Desemprego, foi pedido aos estudantes que exprimissem o seu grau de concordância face a três afirmações caracterizadoras de cada um dos modelos em análise. E desta feita foi possível perceber que 93.1% dos universitários “concordam” ou “concordam totalmente” com o desenvolvimento de “medidas activas de emprego”, em que a segurança social atribui incentivos aos seus beneficiários de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho. Esta opção social-democrata foi, desta vez, a que maior concordância suscitou ainda que a solução mais aproximada do modelo continental (que postula que o Estado deve, acima de tudo, legislar de forma a assegurar que os trabalhadores têm forte segurança e protecção no seu emprego, para evitar a perda de postos de trabalho, devendo também assegurar a protecção nos casos em que isso acontece) tenha sido aprovada por 83% dos estudantes (os quais responderam “concordo plenamente” e ou “concordo”). A diferença encontrada terá a ver com a lógica mais assistencialista deste segundo modelo, que postula como mais importante a existência de uma legislação e uma protecção social que defendam fortemente os trabalhadores. Assim, e ainda que esta proposta agrade à maior parte dos inquiridos, o menor entusiasmo prender-se-á com

o facto de alguns estudantes considerarem que o ênfase nesta natureza passiva da protecção social pode criar alguma falta de iniciativa e empenho individual no mercado de trabalho, bem como uma elevada dependência face às prestações sociais.

Quanto à proposta liberal de colocar a tónica exclusivamente na criação de empregos, (ainda que grande parte dos trabalhadores não consiga aceder a trabalho qualificado e tenham de se sujeitar a escassos níveis de protecção e salários baixos), constata-se uma rejeição maioritária. Desta feita, 65.6% dos estudantes revelam “discordar” ou “discordar totalmente” desta opção.

A última dimensão abordada com o intuito de compreender as representações dos estudantes universitários face ao papel do Estado volta a ser direccionada ao caso específico dos estudantes do Ensino Superior e designou-se por Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Recém-Licenciados para a Vida Activa. De forma muito geral tenta-se perceber se cinco determinados mecanismos de apoio à transição devem ser proporcionados pelo Estado a todos os recém-licenciados (o que remete para o modelo social-democrata), apenas àqueles que têm dificuldades económicas (continental) ou a nenhum porque esse papel não cabe ao Estado (liberal).

Relativamente à atribuição de um rendimento mínimo aos diplomados enquanto não obtiverem emprego, a opção (continental) deste ser atribuído apenas a recém-licenciados com sérias dificuldades económicas é a mais referida (42.7%), sendo que a opção (liberal) de não o atribuir a nenhum recém-licenciado aparece em segundo lugar (36.7%), traduzindo provavelmente o receio de que a atribuição de um rendimento mínimo possa levar muitos jovens a um certo imobilismo.

No que alude à oferta de formação profissional ou ensino pós-graduado, as opiniões dividem-se quase unanimemente entre as opções social-democrata e continental (43.6% e 43.1%, respectivamente).

Em contrapartida, a oferta de estágios remunerados deve abranger, segundo a maioria dos universitários, todos os jovens recém-licenciados. Verificou-se que 54.6% da população assinalou esta opção. Mas muito interessante é constatar que a oferta de apoios à criação do próprio emprego é uma proposta que agrada a uma maioria ainda mais alargada de estudantes (72.9%) que entendem que o Estado deve apoiar qualquer jovem que pretenda esta alternativa. Esta proposta, que se enquadra na tendência liberal quanto ao conteúdo reveste-se de um espírito indubitavelmente social-democrata quanto ao grau de abrangência que os estudantes julgam dever possuir.

Por fim, utiliza-se um indicador que visa compreender as situações em que o Estado deve dar incentivos às empresas que contratem jovens recém-licenciados. E uma vez mais, 66.5% dos estudantes entendem que os incentivos devem ser atribuídos às empresas que contratem recém-licenciados independentemente da sua condição económica, o que resulta numa outra opção de espírito social-democrata.

A análise dos resultados do inquérito realizada neste ponto permite verificar em que medida a hipótese de existir uma tendência para a população universitária preferir uma concepção social-democrata do Estado se revela ajustada. Pode concluir-se que as representações acerca do papel atribuído ao Estado variam bastante entre os modelos social-democrata e continental, dependendo da dimensão a que nos reportemos. O que é transversal a todas as dimensões analisadas é a fraca adesão dos estudantes a soluções inspiradas no paradigma liberal.

3.3. As representações em função do perfil social e político-ideológico

No modelo teórico colocou-se a hipótese de serem as mulheres quem mais adere ao modelo social-democrata. E a pesquisa levada a cabo confirma a validade deste pressuposto.

No que toca às questões ligadas à Organização Geral do Modelo Social do Estado, verificou-se que, embora o modelo social-democrata tenha recolhido a maioria das preferências entre todo o conjunto da população, são as mulheres quem mais adere a esta ideologia (67% contra 60.4% de homens) sendo maior a percentagem de homens a preferir o modelo liberal (5.9%) em comparação com as mulheres (apenas 0.9%). Mas no que reporta ao domínio do Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, esta evidência torna-se ainda maior. 53.9% das mulheres optam pelo indicador social-democrata (cujo espírito passa por um Estado que proporciona boas oportunidades de integração no mercado de trabalho a todos os jovens) ao passo que apenas 34.7% dos homens o escolhem. Estes preferem inequivocamente o modelo continental (62.4%), considerando que o apoio à integração dos jovens no mercado laboral deve ser feito em função das necessidades de cada um. Os dados relacionados com o processo de transição para a vida activa são os seguintes:

3-) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...

Sexo	A	B	C	Não respondeu	Total
Masculino	34,7%	62,4%	2,0%	1,0%	100,00%
Feminino	53,9%	44,3%	1,7%	0,0%	100,00%
Total	44,9%	52,8%	1,9%	0,5%	100,00%

Legenda:

A - Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam.

B - Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país.

C - Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas.

Estes resultados não serão surpreendentes se tivermos em consideração que em Portugal “...as altas taxas de actividade feminina não decorrem, na maioria dos casos, em contextos de trabalho a tempo parcial.” (Torres et al, 2005, p.181). Efectivamente, as mulheres portuguesas trabalham geralmente a tempo inteiro, quase à semelhança dos seus pares do sexo masculino. Ao mesmo tempo isto não significa que se verifique uma distribuição igualitária das tarefas domésticas entre homens e mulheres. Bem pelo contrário, vários estudos comprovam que são as mulheres quem assegura a realização da grande maioria das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças e idosos dependentes (apesar das mudanças de atitudes e práticas que se têm vindo a verificar nas gerações mais jovens). Assim, há que ter em conta que “quando as mulheres portuguesas realizam a maioria das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças estão, no fundo, a actualizar disposições que lhes foram inculcadas ou...a responder a expectativas tradicionalistas sobre os desempenhos de papéis na nossa sociedade. Por isso, a mulher que trabalha estará sempre tão preocupada em provar que é uma boa profissional mas – e principalmente – uma excelente mãe, também capaz da gestão doméstica” (Torres et al, 2005, p. 132). Para agravar esta situação, não existe uma taxa suficiente de cobertura em termos de equipamentos de apoio à infância ou à 3ª idade. No que toca à guarda de crianças, ainda que a rede tenha sido alargada na segunda metade dos anos 90 “...este tipo de estabelecimentos apresentam frequentemente duas limitações: os horários e as mensalidades” (Guerreiro e Abrantes, 2004, p. 142).

Esta realidade não será certamente alheia aos resultados obtidos nesta pesquisa. A situação de desvantagem comparativa que as mulheres possuem em relação aos homens no

que toca à conciliação entre as esferas profissional e familiar permite compreender que sintam maior necessidade que os homens de uma protecção, por exemplo, ao nível de políticas que promovam a conciliação entre a vida familiar e a vida laboral. A criação de uma rede gratuita de creches e infantários é um exemplo de uma política amiga da família, paradigmática dos países de modelo social-democrata. Contudo, no seguimento do que tem vindo a ser referido, é com alguma surpresa que se verifica, na questão 2.2., que a percentagem de mulheres que escolheram, como mecanismo de apoio, a criação de uma rede gratuita de creches e infantários é apenas ligeiramente superior à dos homens (22.6% para 19.8%). Este indicador parece indiciar que as estudantes, pelo menos no que concerne à divisão de tarefas relacionadas com os filhos, perspectivam que seu papel de género na vida conjugal não virá a ser pautado por significativas assimetrias.

Também se colocou a hipótese de existir uma relação entre a classe social do agregado familiar e as representações dos estudantes. Este pressuposto baseou-se em teorias de Pierre Bourdieu, ou seja, encara-se como plausível que as opiniões dos indivíduos sejam estruturadas pela posição social que ocupam e mediados pela representação que estes fazem dessa sua posição (Bourdieu, 1979). Posto isso, partiu-se do pressuposto que os estudantes provenientes de agregados familiares de classe social mais favorecida, ou seja, mais dotados de capitais nomeadamente económicos e sociais, teriam uma propensão maior para se distanciarem do modelo social-democrata, ao passo que os estudantes cuja classe social se caracteriza pela maior escassez de recursos tenderiam a preferi-lo¹⁵.

E é possível constatar que as representações que os universitários possuem face à Organização Geral do Modelo Social do Estado demonstram a preferência de quase todas as classes sociais pelo modelo social-democrata de funcionamento do Estado. De qualquer modo é possível dizer que é entre os AE's que este modelo tem maior popularidade (72.7%), sendo que os PTE's surgem relativamente próximos (67.9%). Os EDL's já apresentam valores mais modestos face a este modelo (55.7%). Os estudantes provenientes de famílias TI's são os

¹⁵ As famílias mais privilegiadas em termos económicos e relacionais são, de um modo geral, as famílias pertencentes a duas classes sociais fundamentais: a dos Empresários, Dirigentes e Funcionários Liberais (EDL's) e a dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE's). Enquanto a primeira tende a ser especialmente provida de capital económico, a segunda é a que mobiliza um maior volume de recursos socioeducacionais. Já, os Trabalhadores Independentes (TI's) e, principalmente, os Assalariados Executantes (AE's) constituem-se como classes menos providas de recursos. Esta classe dos Assalariados Executantes (AE's) não existe na tipologia ACM, embora tenha sido inspirada nela. Para efeitos de análise resolveu-se agregar várias classes (dado o escasso número de casos em algumas delas) nesta única nova categoria, sendo que ela abrange assalariados da agricultura, indústria e serviços.

únicos que, neste domínio, demonstram preferir maioritariamente o modelo continental (53.3%).

4-) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

Classe Social	A	B	C	Não respondeu	Total
EDL	55,7%	37,7%	6,6%	0,0%	100,0%
PTE	67,9%	30,9%	1,2%	0,0%	100,0%
TI	46,7%	53,3%	0,0%	0,0%	100,0%
AE	72,7%	21,2%	3,0%	3,0%	100,0%
Total	63,2%	33,2%	3,2%	0,5%	100,0%

Legenda:

A - O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

B - A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

C - O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

Há que realçar no entanto que, no que reporta ao pagamento de impostos, não há nenhuma classe social em que seja manifestado apoio ao modelo social-democrata. A maioria dos estudantes escolhe um dos outros dois modelos propostos (essencialmente, o modelo continental), o que demonstra não estarem na disposição de financiar as despesas com a protecção social na mesma proporção relativamente àquilo que na questão anterior afirmaram esperar dela: elevada qualidade e universalidade. O certo é que este modelo social-democrata dificilmente é exequível se assentar em níveis de tributação baixos, dado o seu elevado custo.

No que concerne ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa constata-se que as escolhas recaem quase totalmente no modelo continental (o modelo liberal assume aqui valores residuais). O número de pessoas que considera que, neste domínio, o Estado deve realizar investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado laboral (a lógica da social-democracia), ainda que elevada, não é maioritária. O modelo continental apresenta uma adesão superior nas várias classes sociais à excepção precisamente dos Assalariados Executantes (AE's) onde se verifica um empate técnico (48.5%) de respostas para cada um destes dois modelos. E constata-se que é no seio da classe dos TI's que a adesão ao modelo continental volta a apresentar os valores mais elevados

(60%), logo secundada pelos EDL's (57.4%). Os PTE's, uma das classes mais favorecidas no que concerne à posse de recursos, até se aproximam mais da distribuição verificada junto dos AE's (48.1% aderem ao modelo social-democrata).

Quando colocamos a tónica no Financiamento do Ensino Superior, constatamos que a maioria dos estudantes não adere novamente à opção próxima do modelo social-democrata, tendendo a preferir a opção continental. No entanto, importa chamar a atenção para o facto de ser, uma vez mais, entre os estudantes provenientes da classe social menos dotada de recursos (AE's) que se verifica a maior percentagem daqueles que defendem a gratuidade do Ensino Superior. Mas mesmo no seio desta classe não chegam a ser a maioria (48.5%).

Por último, torna-se interessante referir que, no que toca à Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Licenciados para a Vida Activa, um dos indicadores versava sobre a atribuição de um rendimento mínimo a estes jovens, enquanto não conseguissem obter o seu primeiro emprego. Neste ponto constata-se de novo a fraca adesão ao modelo social-democrata, sendo que a preferência tende a aproximar-se mais das lógicas de funcionamento do modelo continental e até liberal. Assim, os estudantes tendem a considerar que o rendimento mínimo deve ser atribuído apenas a recém-licenciados com sérias dificuldades económicas ou a nenhum recém-licenciado. Importa realçar que é entre os estudantes AE's que a social-democracia volta a assumir os valores mais elevados, ainda que modestos (24.2%).

Não é possível afirmar, portanto, que os universitários possuam representações muito distintas face ao Estado em função do seu lugar de classe, mas sim que há diferenças. Verifica-se que são os estudantes oriundos de famílias AE's que mais tendam a defender o modelo social-democrata. Assim, pode aludir-se à existência de uma relação entre a classe do agregado familiar e o papel que os estudantes atribuem ao Estado. Embora essa relação seja moderada, é possível discernir a lógica a que se refere José Luís Casanova, quando afirma que *"...as opiniões sobre concepções de justiça social associam-se ... a sistemas de valores diversos, que não são independentes da origem e posição social..."* (Casanova, 2003, p.75).

Tinha-se partido do pressuposto que os estudantes do Ensino Superior Privado tendiam para uma maior adesão ao modelo liberal, ao mesmo tempo que se havia perspectivado que a população universitária do Ensino Público tenderia a afastar-se dele.

No entanto, quando nos confrontamos com os resultados da pesquisa apercebemo-nos que, no que respeita à Organização Geral do Modelo Social do Estado, tanto os estudantes de universidades públicas como das privadas, aderem maioritariamente ao modelo social-

democrata. E o mais curioso é que são os estudantes do privado aqueles que aderem mais enfaticamente a este modelo (70.8%) para apenas 60.8% nas universidades públicas. Isto pode ter a ver com o facto de os estudantes do privado não receberem apoios estatais no seu percurso académico. Essa pode ser uma boa razão para que a percentagem dos que reivindicam um sistema de protecção social de elevada qualidade para toda a população seja mais elevada.

5-) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

Natureza do Ensino	A	B	C	Não respondeu	Total
Público	60,8%	35,9%	3,3%	0,0%	100,0%
Privado	70,8%	24,6%	3,1%	1,5%	100,0%
Total	63,8%	32,6%	3,2%	0,5%	100,0%

Legenda:

A - O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

B - A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

C - O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

No que toca ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa são os estudantes do Ensino Público que mais defendem o modelo social-democrata, ainda que as diferenças em função da natureza do ensino sejam pouco significativas (45.8% no Público e 41.5% no Privado).

Relativamente ao Financiamento do Ensino Superior é muito curioso verificar que voltam a ser os estudantes do Ensino Privado que mais tendem a defender uma solução social-democrata. De entre os inquiridos pertencentes ao Ensino Privado, 40% consideram que os estudantes não deveriam ter de pagar propinas pois o financiamento caberia ao Estado. A percentagem dos que têm a mesma opinião no Ensino Público cai ligeiramente (35.9%). Mais uma vez, o facto de os estudantes do ensino privado terem de suportar a totalidade das despesas com a sua formação, pode ser o motivo que os leva a defender que o Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no ensino superior.

O pressuposto segundo o qual os estudantes do Ensino Privado tenderiam a incorporar mais facilmente o modelo de funcionamento do mercado privado, (em função de estarem a

viver um importante processo de socialização numa instituição que se enquadra nessa lógica) não se verifica. A hipótese de estes colocarem a intervenção do Estado em segundo plano e privilegiarem acima de tudo a autonomia individual, o que os aproximaria da tendência liberal, está afastada. As preferências pelo modelo liberal são mesmo residuais nos dois tipos de Ensino. Em determinados contextos de análise são até estes estudantes do privado que reivindicam um papel mais preponderante por parte do Estado, ou seja, atribuem maior relevância ao desenvolvimento de políticas sociais e do apoio à transição para a vida activa. A este propósito há que aludir ao seguinte: quando olhamos a estrutura socioprofissional da nossa amostra constatamos que a fatia de estudantes provenientes de classes mais desprovidas de recursos económicos (TI's e AE's) têm, em conjunto, um peso maior no ensino privado (35.9%) do que no ensino público (21.1%). Esta será outra explicação provável para que a reivindicação de maior apoio social por parte do Estado seja ligeiramente superior entre os estudantes do privado¹⁶.

Em último lugar foi colocada a hipótese de existir uma relação entre as atitudes e posições dos estudantes face à política e as suas representações acerca das funções sociais do Estado. Reportando-nos a esta hipótese, cruzou-se o Posicionamento Ideológico com as representações face à Organização Geral do Modelo Social do Estado. Através deste cruzamento foi possível chegar à conclusão algo surpreendente de que, qualquer que seja a posição dos universitários na escala esquerda-direita, o modelo social-democrata é sempre o preferido. No entanto é notório que à medida que se caminha da esquerda para a direita a adesão a este modelo tende a diminuir. De facto, verifica-se que 79.4% dos indivíduos conotados com a esquerda optam por este modelo, proporção que cai para os 66.1% entre o centro-esquerda, 59.1% no centro-direita e regista o valor mais baixo (51.4%) entre os estudantes de direita.

¹⁶ No entanto é importante que não fiquemos com a ideia de que esta distribuição de classe dos estudantes por tipo de estabelecimento de ensino verificável na amostra seja aquela que se verifica a nível nacional. A realidade não é essa. Segundo dados do CIES-ISCTE, Eurostudent 2004, constatou-se que, a nível nacional, “*a estrutura que caracteriza as origens dos estudantes do privado é muito equivalente à do público universitário...*” (Martins et al, 2005, p.36).

6-) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

Posicionamento Político	A	B	C	Não respondeu	Total
Esquerda	79,4%	17,6%	0,0%	2,9%	100,0%
Centro-Esquerda	66,1%	32,3%	1,6%	0,0%	100,0%
Centro-Direita	59,1%	36,4%	4,5%	0,0%	100,0%
Direita	51,4%	40,0%	8,6%	0,0%	100,0%
Não Respondeu	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	63,8%	32,6%	3,2%	0,5%	100,0%

Legenda:

A - O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

B - A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

C - O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

Face ao pagamento de impostos o modelo preferido é já o continental, sendo que esta é uma realidade novamente transversal a estudantes de todo o tipo de posicionamento ideológico. Mas uma vez mais se assiste à tendência para ser entre aqueles que se posicionam à direita do espectro político que mais se verifica a defesa de um Estado em que o pagamento de impostos com o objectivo de financiar as despesas sociais deva restringir-se ao mínimo indispensável.

No que alude ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa volta a constatar-se a preferência pelo modelo continental, com a excepção dos estudantes de esquerda que optaram maioritariamente pela via social-democrata (58.8%).

Finalmente pode aludir-se aos resultados obtidos na dimensão Financiamento do Ensino Superior para referir que os valores demonstram uma lógica idêntica à da dimensão anterior. Significa isto, uma vez mais, que são os estudantes que se afirmam de esquerda os únicos que têm maioritariamente uma representação social-democrata (novamente 58.8%), postulando um Ensino Superior tendencialmente gratuito.

Nesta hipótese foi possível verificar como variavam as representações dos estudantes em função de outra dimensão das atitudes políticas: a sua Orientação Partidária. Esperava-se encontrar uma lógica de estruturação de representações idêntica à anterior. E, de facto,

verificou-se que, para quase todo o tipo de Orientação Partidária, os estudantes tendem a preferir o modelo social-democrata, quando chamados a pronunciar-se sobre a forma de Organização Geral do Modelo Social do Estado. Esta realidade é aplicável mesmo junto daqueles que se aproximam do PSD, um partido de centro-direita e aquele que em Portugal defende as propostas políticas que mais tendem a aproximar-se do modelo liberal. A maioria dos seus simpatizantes (52.3%) é adepta de um modelo assente no espírito social-democrata. Mas esta preferência é ainda mais visível entre os estudantes próximos do Bloco de Esquerda, CDU E MRPP. Entre os universitários que se identificam com este espaço partidário, 75% defendem que o Estado deve proporcionar sistemas de protecção social de elevada qualidade a todos e garantir um rendimento mínimo a quem dele necessitar. Há, no entanto, uma excepção a esta tendência generalizadamente social-democrata: ela acontece entre os inquiridos cujo partido preferido é o PP (um dos partidos mais à direita do espectro político nacional). Com efeito, 50% destes alunos inclinam-se para um modelo continental, Apenas 25% idealizam um Estado com as características da social-democracia.

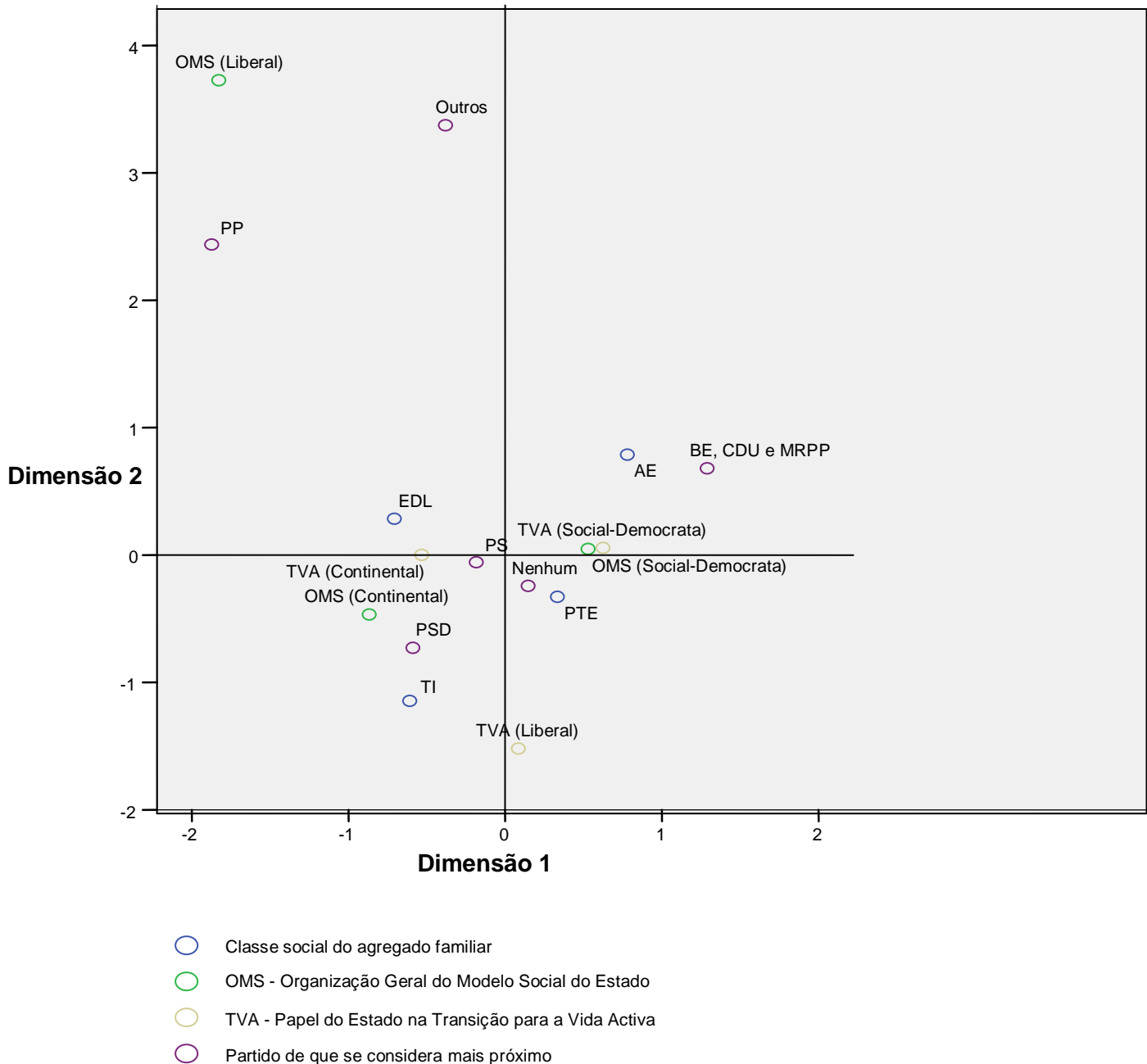
Passando à análise da dimensão referente ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, apercebemo-nos de que o espírito que preside ao modelo liberal, e que postula que só os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social é que devem receber auxílio neste domínio, é completamente residual. Ao mesmo tempo constata-se que tornam a ser os estudantes incluídos na categoria dos partidos mais à esquerda aqueles que defendem mais veementemente a opção que corresponde ao modelo social-democrata (59.4%). Entre os dois partidos mais ao centro, o espírito continental é o que mais agrada, recolhendo a maioria das respostas tanto no PS (52.1%) como principalmente no PSD (61.4%). A grande surpresa surge entre os simpatizantes do PP. Desta vez, regista-se entre eles uma predisposição para escolher a opção social-democrata que é digna de registo (50%).

No que toca ao Financiamento do Ensino Superior, concluí-se que a categoria que compreende os partidos mais à esquerda defende predominantemente, à semelhança da dimensão tratada anteriormente, o modelo social-democrata (59.4%). Entre os estudantes de todos os outros partidos há uma identificação clara com o modelo continental, ou seja, os estudantes tendem a considerar que o valor das propinas deve ser proporcional ao seu próprio rendimento e ao rendimento das suas famílias. Curiosamente, é entre os estudantes mais próximos do PS, um partido de centro-esquerda, que a hipótese social-democrata colhe menores simpatias (apenas 12.5%), sendo que o PSD (43.2%) e o PP (35.5%), ainda que minoritariamente, o suplantam largamente nesta preferência.

Em termos gerais, verifica-se então que, há uma tendência para a adesão aos modelos continental e liberal crescerem à medida que o posicionamento político se desloca da esquerda para a direita. Importa salientar, contudo, que a adesão ao modelo liberal é quase sempre residual. Este fenómeno pode explicar-se pelo facto de não existir em Portugal um partido claramente liberal. É verdade que os partidos de direita (nomeadamente o PSD) tendem a assumir algumas posições que em grande medida se inspiram nesse modelo. Mas na realidade não se pode falar hoje na existência de uma diferenciação ideológica muito elevada entre os partidos políticos que têm alternado no poder executivo: o PS e o PSD. De facto, o PS “...configura-se como um dos partidos da família socialista e social-democrata menos esquerdista...” (Freire, 2006, p.301). E nenhum deles é um partido assumidamente liberal, tal como o PP também não o é. Este facto, para além de contribuir certamente para a reduzida aposta que os estudantes fazem no modelo liberal, ajudará também a compreender que os distintos posicionamentos ideológicos e preferências partidárias não se consubstanciam em diferenças muito significativas no que toca a representações face ao papel do Estado. Não devemos esquecer que a possibilidade dos indivíduos pensarem a divisão esquerda-direita em função de valores ou políticas públicas depende da oferta política e da clareza das alternativas que são apresentadas (Freire, 2006). Mas outras reflexões podem ser feitas a este propósito. Acima de tudo há que compreender que a competição política é multidimensional e não se resume à intervenção do Estado na economia e na sociedade. Ainda que alguns autores como Anthony Downs concebesssem a diferenciação entre esquerda e direita como estando essencialmente associada ao máximo e ao mínimo, respectivamente, dessas formas de intervenção (Downs, 1957), este tipo de análise tem vindo a ser fortemente criticada. André Freire chama a atenção para o facto de a política de massas moderna ser também, por exemplo, “...largamente estruturada pelos temas religiosos, pelo menos em determinados países” (Freire, 2006, p.56). Apesar de muito importante, estaríamos a cair num grave erro se encarássemos a intervenção do Estado na economia e na sociedade como a grande dimensão estruturadora das atitudes face à política e do comportamento eleitoral.

3.4. Configuração do espaço de representações

De forma a explorar relações de interdependência entre algumas das variáveis mais importantes e associações privilegiadas entre categorias de variáveis distintas, realizou-se uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM).



A partir desta análise torna-se possível descrever um certo espaço social e averiguar que configurações são definidas, de modo a perceber como grupos sociais e respostas (práticas, preferências, orientações) se aproximam e se afastam em termos relativos. Optou-se

por incluir nesta análise 4 indicadores: a *Organização Geral do Modelo Social do Estado* (neste caso corresponde apenas ao Bloco A da questão 1), o *Papel do Estado na Transição para a Vida Activa* (utilizou-se a questão 2.1), a *Proximidade Partidária* e a *Classe Social do Agregado Familiar*¹⁷.

Através da representação gráfica torna-se possível proceder à leitura desse espaço multidimensional, analisando a interdependência entre os indicadores referidos. Neste caso constata-se que não é possível falar da existência clara de grupos homogêneos. No entanto, não é difícil discernir tendências através da identificação das categorias que estão mais próximas.

Através da análise da dimensão 1, constata-se que há uma proximidade inequívoca entre os indicadores do modelo social-democrata nos dois domínios em análise (a Organização do Modelo Social e o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa), acontecendo o mesmo entre os indicadores do modelo continental para esses mesmos domínios. Os dois modelos tendem, por sua vez, a distanciarem-se entre si, pelo que se pode aludir a uma relação de oposição entre eles. Isto significa que os estudantes que escolheram o indicador social-democrata no que toca à Organização do Modelo Social também optaram tendencialmente por um indicador social-democrata no que toca àquele que consideravam dever ser o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa. Aconteceu o mesmo no que respeita ao modelo continental.

Após esta primeira conclusão, pode aludir-se ao facto de o modelo social-democrata apresentar uma proximidade relativa à preferência pelos partidos políticos que se situam mais à esquerda (o Bloco de Esquerda, a CDU e o MRPP). No que concerne à classe social são os estudantes que provêm de famílias cuja origem social é mais desfavorecida (os Assalariados Executantes) ou que se destacam pela posse de elevados níveis de capital escolar e cultural, (os Profissionais Técnicos e de Enquadramento), que mais tendem a aderir a este modelo.

Por oposição, o modelo continental situa-se num espaço mais próximo daqueles cuja preferência partidária recai sobre o PSD e que provêm de classes como os Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (estes são os que possuem maior volume de capital económico) e Trabalhadores Independentes. Parece verificar-se que a posse de capital

¹⁷ Os dois últimos indicadores remetem para atitudes face à política e para a caracterização sociodemográfica dos mesmos. No âmbito destas dimensões, foram testados outros indicadores e posteriormente retirados da análise. A opção por manter apenas os dois indicadores referidos, para além de serem muito importantes para a compreensão de alguns dos principais eixos de análise a que este estudo se propôs, resultou também do facto de estes se constituírem como aqueles que mais diferenciam os indivíduos, permitindo discernir mais claramente a existência de aproximações entre categorias.

económico e o facto de se trabalhar por conta própria têm alguma influência na adesão a este modelo. Nota-se, entre estes estudantes, uma tendência um pouco maior para privilegiar um modelo de Estado que, ao invés de proporcionar uma protecção social igual para todos, atenda antes às necessidades particulares de grupos e indivíduos, diferenciando-os também conforme o seu perfil, e privilegie os indivíduos que já se integraram no mercado de trabalho. Quererão, de alguma maneira, valorizar o mérito e desigualdades que os processos sociais e económicos se encarregam de gerar e revelam uma tendência maior para rejeitar um Estado cuja propensão seja tratar todos os cidadãos por igual, sem ter atenção às necessidades, perfil e mérito de cada um.

Na dimensão 2, a variável que mais discrimina é o partido em relação ao qual o inquirido sente maior proximidade. Esta dimensão permite retirar mais algumas conclusões interessantes. Consta-se, por exemplo, que a adesão ao modelo liberal, (apenas no que concerne à Organização do Modelo Social), partilha um espaço relativamente próximo da preferência pelo PP. Ainda assim, é preciso ter em conta que o número de casos em ambas as categorias é residual. Por outro lado, verifica-se que são os estudantes próximos do PSD e que provêm de famílias de Trabalhadores Independentes que, quando o domínio em análise é o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa, mais se aproximam do modelo continental.

No que toca a preferências partidárias pode ainda dizer-se que tanto o PS como a escolha da opção “nenhum partido” são categorias que se encontram demasiado próximas da origem (o “centro” gráfico deste espaço social) e que por isso correspondem ao que se designa como perfil médio da população inquirida, não se podendo afirmar que estejam significativamente aproximadas de algum dos modelos em especial.

Conclusão

O presente estudo parece apontar para a existência de uma certa divisão entre os estudantes do Ensino Superior de Lisboa. Essa divisão manifesta-se entre aqueles que, relativamente ao que consideram dever ser o papel do Estado, tomam posições que os aproximam do modelo social-democrata e os que aderem às tendências do modelo continental. Normalmente, verificam-se taxas de adesão muito significativas face a cada um destes dois modelos, sendo que as preferências recaem sobre um ou sobre outro em função dos aspectos concretos a que os estudantes são chamados a pronunciar-se. Quanto ao modelo liberal, nota-se uma adesão que, regra geral, é residual. Assim, foi possível perceber que os estudantes manifestam um afastamento em relação a este modelo, tendo-se contudo registado algumas excepções em domínios de análise mais concretos.

A referida tendência de bipartição assume, por vezes, contornos muito interessantes. Constatou-se, por exemplo, que a maioria dos estudantes, no que toca à Organização Geral do Modelo Social do Estado tem uma postura algo contraditória: quando chamada a pronunciar-se sobre o sistema de protecção social que o Estado deve proporcionar aos cidadãos demonstra preferência pelo modelo social-democrata, o mais generoso de todos; no que toca ao pagamento de impostos para financiar as despesas com essa protecção, a preferência recai no modelo continental, onde o nível de tributação tende a ser menos elevado. Esta postura reflecte bem o dilema dos modelos social-democratas, que apesar de proporcionarem uma protecção social universal e de qualidade muito elevada implicam também pressões fiscais pesadas, sendo que muitos cidadãos não estão dispostos a pagar os elevados impostos que se constituem como indispensáveis para a manutenção destes modelos.

Outra grande conclusão que se pode retirar desta investigação é que os estudantes tendem a considerar que o Estado não deve apoiar os jovens de forma igualitária no que toca ao seu processo de transição para a vida activa, entendendo que esse apoio deve depender das necessidades individuais de cada um. Neste ponto, aproximam-se, pois, de um Estado que promova a diferenciação em função das necessidades e das posições profissionais de cada um, o que remete para a realidade dos países do modelo continental.

Para explicar esta clivagem em torno dos dois modelos referidos devem ser tidas em consideração algumas características sóciodemográficas dos estudantes. A este propósito deve ser salientado que as mulheres apoiam mais o modelo social-democrata do que os homens, quer em termos de Organização do Modelo Social quer no que alude ao Papel do Estado na Transição para a Vida Activa. Neste último domínio em particular, as estudantes reclamam,

de forma bem mais significativa que os seus pares masculinos, um Estado que trate todos os jovens de forma relativamente semelhante, realizando investimentos para que todos tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho.

No que concerne à classe social do agregado familiar, constata-se que o aumento da adesão ao modelo social-democrata tende a ser mais elevado entre os estudantes que provêm da classe mais desfavorecida na estrutura das classes (Assalariados Executantes). Contudo, há dimensões importantes (como a Organização Geral do Modelo Social ou o Papel do Estado na Transição para a Vida Activa) em que o grau de simpatia dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento por este modelo não fica muito aquém daquele que é manifestado pelos Assalariados Executantes.

Verificou-se, também, que os estudantes que se afirmam politicamente de esquerda e que simpatizam com o Bloco de Esquerda, CDU e MRPP são os que mais aderem ao modelo social-democrata. Ainda assim, no que toca à Organização Geral do Modelo Social, até os estudantes que se posicionam mais à direita e que simpatizam sobretudo com o PSD tendem a preferir a social-democracia. Em contrapartida, no que toca ao pagamento de impostos, a solução aproximada da realidade do modelo continental constitui-se como a opção privilegiada, mesmo entre os estudantes de esquerda (ainda que sejam novamente estes a defender em maior grau a solução inspirada no modelo social-democrata).

Desta forma, esta investigação parece ter conseguido discernir algumas tendências na forma como esta população entende o papel do Estado e como as representações se organizam em função do perfil social e político-ideológico dos estudantes.

Bibliografia

ARCANJO, Manuela (2006), *Ideal (and Real) Types of Welfare State*, Lisboa, Working Papers from Department of Economics at the School of Economics and Management (ISEG), Technical University of Lisbon.

BALSA, Casimiro et al (2001), *Perfil dos Estudantes do Ensino Superior: desigualdades e diferenciação*, Lisboa, Edições Colibri.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: critique sociale di jugement*, Paris, Editions de Minuit.

CABRAL, Manuel Villaverde, Jorge Vala e André Freire (orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CABRAL, Manuel Villaverde, José Machado Pais (orgs.) (1998), *Jovens Portugueses de hoje: resultados do inquérito de 1997*, Oeiras, Celta Editora.

CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.

CASANOVA, José Luís (2003), “Critérios de Justiça Social” in João Ferreira de Almeida et al, *Diversidade na universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

CASANOVA, José Luís (2003), “Futuros da Sociedade Portuguesa” in João Ferreira de Almeida et al, *Diversidade na universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

COCHRANE, A. E Clarke, J. (1993), *Comparing Welfare States*, The Open University, Sage.

DOWNS, Anthony (1957), *An Economy Theory of Democracy*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers.

ESPING-ANDERSEN, G. (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Polity Press, Oxford.

ESPING-ANDERSEN, Gosta (1999), “Um Estado-Providência para o século XXI”, in Robert Boyer et al. (2000), *Para uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editora.

FERREIRA, Pedro Moura (2006), “A idade conta? Clivagens etárias nos valores e atitudes políticas e sociais dos europeus” in *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

FERRERA, Maurizio et al. (2000), *O futuro da Europa Social – repensar o trabalho e a protecção na nova economia*, Oeiras, Celta Editora.

FREIRE, André e Marina Costa Lobo (2003), “Economia, ideologia e voto: Europa do Sul, 1985-2000” in *Análise Social*, Vol. 38, Nº 167, Lisboa, ICS.

FREIRE, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

GHIGLIONE, Rodolphe e Benjamin Matalon, *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

GUERREIRO, Maria das Dores e Pedro Abrantes (2004), *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, CITE.

HALL, Peter A. e David Soskine (2001), *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage* Oxford : University Press.

JALALI, Carlos (2003), “A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras” in *Análise Social*, Vol. 38, Nº 167, Lisboa, ICS.

MACHADO, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, in *Revista Critica de Ciências Sociais*, Nº 66.

MARTINS, Susana da Cruz (2003), “Estado e Legitimidade Política” in João Ferreira de Almeida et al, *Diversidade na universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

MARTINS, Susana da Cruz et al (2005), “Condições Socioeconómicas dos Estudantes do Ensino Superior em Portugal” in *Temas e Estudos de Acção Social*, Nº 5, Lisboa, DGES.

MATEUS, Sandra, Inês Pereira et al. (2005) “*Jovens e o Mercado de Trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*”, Maria das Dores Guerreiro e Elsa Pegado (Coord.), Lisboa, CIES

MAURITTI, Rosário (2003), “Caracterização e Origens Sociais” in João Ferreira de Almeida et al, *Diversidade na universidade: um inquérito aos estudantes de licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

MOSCOVICI, S. (1976), *La Psychanalyse, Son Image et Son Public*, Paris, PUF.

MOZZICAFREDO, Juan (1994), “O Estado-Providência em Transição” in *Sociologia - Problemas e Práticas*, N.º 16, Lisboa, CIES.

MOZZICAFREDDO, Juan (1998), “Estado, modernidade e cidadania” in António Firmino da Costa e José Manuel Leite Viegas, (Orgs.), *Portugal: que modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

MOZZICAFREDDO, Juan (2000), *Estado-Providência e cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

PAIS, José Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos” in *Análise Social*, - Vol. 25, Nºs 105/106, Lisboa, ICS.

PAIS, José Machado (1991), “Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida” in *Análise Social*, - Vol. 27, Nº 114, Lisboa, ICS.

PAIS, José Machado (1991), *Formas sociais de transição para a vida adulta: os jovens através dos seus quotidianos*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

PEREIRINHA, José A. (1999) - *Exclusão social em Portugal: estudo de situações e processos e avaliação de políticas sociais*, Lisboa, CISEP.

PESTANA, Maria Helena e João Nunes Gageiro (2005), *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.

SAPIR, André (2005), “Globalisation and the Reform of European Social Models” in *Journal of Common Market Studies*, Vol. 44, Nº 2, Bruegel, Brussels.

SILVA, Pedro Adão e (2002), “O Modelo de Welfare da Europa do Sul: reflexões sobre a utilidade do conceito” in *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 38, Lisboa, CIES.

TORRES, Anália et al (2005), *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, CITE.

VALA, Jorge (1986), “Sobre as representações sociais: para uma epistemologia do senso comum” in *Cadernos de Ciências Sociais*, Nº4, Porto, Edições Afrontamento.

VALA, Jorge e Anália Torres (orgs.) (2006), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

VALA, Jorge, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.) (2003), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

VASCONCELOS, Pedro (2005), “Redes sociais de apoio” in *Análise Social*, Nº 163, Lisboa, ICS.

ANEXOS

Anexo A – Quadro de Operacionalização de Conceitos

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Representações de cariz social-democrata, liberal ou continental	Organização Geral do Modelo Social do Estado	Questão 1A	Questão 1A: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1
		<p>O Estado deve proporcionar sistemas de protecção social de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.</p> <p>A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.</p> <p>O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego</p>	
		Questão 1B	Questão 1B: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1
		<p>É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com protecção social, de modo a que estas possam produzir efeitos</p> <p>É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados.</p> <p>O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável.</p>	

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
<p>Representações de cariz social-democrata, liberal ou continental</p>	<p>Papel do Estado na Transição para a Vida Activa</p>	<p>Questão 2.1.</p> <p>Realizando investimentos para que todos tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho.</p> <p>Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país.</p> <p>Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas.</p>	<p>Questão 2.1: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>
		<p>Questão 2.2.</p> <p>Estimular sobretudo a ligação das universidades às empresas, de modo a melhorar o desempenho das pessoas no mercado de trabalho, a capacidade de resposta às necessidades das empresas e a competitividade da economia.</p> <p>Absorver, por via do emprego público, parte dos jovens que chegam ao mercado de trabalho, de modo a reduzir o desemprego e criar mais oportunidades, ao mesmo tempo que se qualifica o próprio Estado.</p> <p>Atribuir, quando necessário, um rendimento mínimo aos jovens com mais severas dificuldades económicas de modo a garantir a todos um patamar aceitável de dignidade social.</p> <p>Reforçar os mecanismos de apoio para jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, de modo a apoiar aqueles que têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho.</p> <p>Criar uma rede gratuita de creches e infantários, de forma a que os cuidados com as crianças não colidam com a vida profissional dos jovens pais e mães.</p> <p>Atribuir Bolsas de Estudo aos melhores alunos, de forma a estimular o bom desempenho escolar.</p> <p>Criar uma legislação laboral protectora dos trabalhadores jovens, estimulando a sua rápida transição para modelos contratuais mais seguros.</p>	<p>Questão 2.2: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1</p>

		<p>Atribuir estímulos ao empreendedorismo, por parte dos jovens, e à criação do seu próprio emprego.</p> <p>Criar licenças familiares mais prolongadas e apoios ao trabalho a tempo parcial para estimular que, nas jovens famílias, um dos cônjuges tenha mais tempo para se dedicar a esta esfera.</p>	
--	--	--	--

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Representações de cariz social-democrata, liberal ou continental	Financiamento do Ensino Superior	<p>Questão 3</p> <p>O Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no Ensino Superior, de modo a que este seja tendencialmente gratuito e que os estudantes não tenham de pagar propinas.</p> <p>O Estado tem o dever de realizar investimentos no Ensino Superior, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e das respectivas famílias.</p> <p>O financiamento do Ensino Superior deve caber, no essencial, aos estudantes e respectivas famílias.</p>	Questão 3: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1
	Combate ao Desemprego	<p>Questão 4</p> <p>Os programas da segurança social devem desenvolver "medidas activas de emprego", ou seja, dar incentivos aos seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho.</p> <p>Acima de tudo, o Estado deve legislar de forma a assegurar que os trabalhadores têm uma forte segurança e protecção no seu emprego, para evitar a perda de postos de trabalho e assegurar a protecção nos casos em que isso acontece.</p> <p>O mais importante é assegurar a criação de empregos, ainda que grande parte dos trabalhadores não consigam aceder a trabalho qualificado e tenham de se contentar com escassos níveis de protecção no trabalho e baixos salários.</p>	

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Representações de cariz social-democrata, liberal ou continental	Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Recém-Licenciados para a Vida Activa	Questão 5A Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve garantir um Rendimento Mínimo...	Questão 3: Bateria de indicadores dos quais o inquirido é convidado a escolher 1
		Questão 5B Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar a oferta de Formação Profissional ou Ensino Pós-Graduado no sentido da especialização ou reconversão...	
		Questão 5C Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar Estágios Remunerados...	
		Questão 5D O Estado deve oferecer apoios à criação do seu próprio emprego...	
		Questão 5E O Estado deve dar incentivos às empresas que contratem...	
Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Atitudes e Práticas face à Política	Orientação Partidária	Questão 6.1. Partido de que se considera mais próximo:	Questão 6.1: é pedido ao inquirido para responder à seguinte pergunta face aos partidos: (BE, PP, CDU, MRPP, PSD, PS, Outro, Nenhum)
	Práticas Eleitorais	Questão 6.2. Costuma votar?	Questão 6.2: O indivíduo escolhe a opção que considerar mais próxima da realidade: Sempre ou quase sempre / Às vezes / Nunca ou quase nunca
	Posicionamento Ideológico	Questão 6.3. Escala que pretende medir o posicionamento do indivíduo quanto às ideologias de esquerda e de direita (Esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Direita)	Questão 6.3: o indivíduo escolhe o número da escala com o qual se identifica

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Respostas possíveis
Caracterização Geral do Inquirido	Caracterização Sócio demográfica	Questão 7.1. Profissão do pai? Profissão da mãe?	Questões 7.1. Resposta aberta
		Questão 7.2. Situação na profissão do pai? Situação na profissão da mãe?	Questão 7.2. (Trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem)
		Questão 7.3. É trabalhador-estudante? Profissão? Situação na profissão?	Questão 7.3. (Sim/Não) / Resposta aberta / (Trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem)
		Questão 7.4. Estado Civil? Profissão do Cônjuge? Situação na profissão do cônjuge?	Questão 7.4. Resposta aberta / Resposta aberta / (Trabalhador por conta própria / trabalhador por conta de outrem)
		Questão 7.5. Quantas pessoas vivem no seu agregado familiar (incluindo o próprio)?	Questão 7.5. Resposta aberta
		Questão 8 Sexo?	Questão 8: Masculino ou Feminino
	Questão 9 Idade?	Questão 9: Resposta aberta	
	Situação no Contexto Universitário	Questão 10 Nível de Ensino que frequenta?	Questão 10: Licenciatura ou Mestrado
		Questão 11 Universidade que frequenta?	Questão 11: Resposta aberta
		Questão 12 Curso?	Questão 12: Resposta aberta

Anexo B – Questionário

Inquérito aos estudantes universitários acerca do papel do Estado

No âmbito da tese de mestrado subordinada ao tema “*Representações dos estudantes universitários portugueses relativamente às funções sociais do Estado*”, pretende-se realizar um levantamento de informações, entre estudantes universitários da cidade de Lisboa. O objectivo é tentar compreender quais são as suas opiniões acerca do papel do Estado e das funções sociais que este deve desempenhar, nomeadamente no que toca às políticas a adoptar no âmbito do processo de transição dos jovens para a vida activa. É neste sentido que pedimos a sua colaboração para responder às questões presentes neste questionário!

1 - As frases seguintes remetem para formas distintas de organização do Estado.

Bloco A -) Leia, por favor, as três características e assinale (com uma cruz) a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. (Escolha apenas uma)

O Estado deve proporcionar sistemas de protecção social de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem.

A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um.

O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego.

Bloco B -) Leia, por favor, as três afirmações e assinale (com uma cruz) a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. (Escolha apenas uma).

É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com a protecção social, de modo a que estas possam produzir efeitos.

É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados.

O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável.

2.1. – A afirmação que se segue refere-se ao papel que o Estado deve assumir perante os jovens, na fase da vida em que estes pretendem integrar-se no mercado de trabalho.

Escolha, por favor, a opção que mais se aproxima daquilo que pensa: “O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...”

Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando mais os que mais precisam.

Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país.

Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas.

2.2. – Dos seguintes mecanismos de apoio que o Estado pode prestar aos jovens, escolha apenas os três que no seu entender são mais importantes:

Estimular sobretudo a ligação das universidades às empresas, de modo a melhorar o desempenho das pessoas no mercado de trabalho, a capacidade de resposta às necessidades das empresas e a competitividade da economia.

Absorver, por via do emprego público, parte dos jovens que chegam ao mercado de trabalho, de modo a reduzir o desemprego e criar mais oportunidades, ao mesmo tempo que se qualifica o próprio Estado.

Atribuir, quando necessário, um rendimento mínimo aos jovens com mais severas dificuldades económicas de modo a garantir a todos um patamar aceitável de dignidade social.

Reforçar os mecanismos de apoio para jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, de modo a apoiar aqueles que têm dificuldades na inserção no mercado de trabalho.

Criar uma rede gratuita de creches e infantários, de forma a que os cuidados com as crianças não colidam com a vida profissional dos jovens pais e mães.

Atribuir Bolsas de Estudo aos melhores alunos, de forma a estimular o bom desempenho escolar.

Criar uma legislação laboral protectora dos trabalhadores jovens, estimulando a sua rápida transição para modelos contratuais mais seguros.

Atribuir estímulos ao empreendedorismo, por parte dos jovens, e à criação do seu próprio emprego.

Criar licenças familiares mais prolongadas e apoios ao trabalho a tempo parcial para estimular que, nas jovens famílias, um dos cônjuges tenha mais tempo para se dedicar a esta esfera.

3. – Perante as seguintes afirmações acerca do papel do Estado no financiamento do Ensino Superior assinale a opção que mais se aproxima daquilo que pensa.

O Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no Ensino Superior, de modo a que este seja tendencialmente gratuito e que os estudantes não tenham de pagar propinas.

O Estado tem o dever de realizar investimentos no Ensino Superior, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e das respectivas famílias.

O financiamento do Ensino Superior deve caber, no essencial, aos estudantes e respectivas famílias e não ao Estado.

4 – As frases seguintes referem-se a diferentes formas possíveis de intervenção do Estado no que alude ao combate ao desemprego. Perante cada afirmação exprima o seu grau de concordância, assinalando a opção que mais se aproxima daquilo que pensa.

A - Os programas da segurança social devem desenvolver “medidas activas de emprego”, ou seja, dar incentivos aos seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho.

1 – Concordo
Plenamente

2 – Concordo

3 - Discordo

4 – Discordo Totalmente

B - Acima de tudo, o Estado deve legislar de forma a assegurar que os trabalhadores têm uma forte segurança e protecção no seu emprego, para evitar a perda de postos de trabalho e assegurar a protecção nos casos em que isso acontece.

1 – Concordo
Plenamente

2 – Concordo

3 - Discordo

4 – Discordo Totalmente

C - O mais importante é assegurar a criação de empregos, ainda que grande parte dos trabalhadores não consigam aceder a trabalho qualificado e tenham de se contentar com escassos níveis de protecção no trabalho e baixos salários.

1 – Concordo
Plenamente

2 – Concordo

3 - Discordo

4 – Discordo Totalmente

5 – As frases seguintes referem-se a diferentes formas possíveis de intervenção do Estado no sentido de facilitar a transição dos recém-licenciados para a vida activa.

Em cada bloco leia, por favor, as três opções e assinale aquela que mais se aproxima do que considera que deve ser o papel do Estado. (Escolha apenas uma)

Bloco A -) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve garantir um Rendimento Mínimo...

A todos os jovens recém-licenciados.

Apenas aos jovens recém-licenciados com sérias dificuldades económicas.

A nenhum jovem recém-licenciado pois isso poderia desincentivá-lo a procurar emprego.

Bloco B -) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar a oferta de Formação Profissional ou Ensino pós-graduado no sentido da especialização ou reconversão...

A todos os jovens recém-licenciados.

Apenas aos jovens recém-licenciados que não tiverem condições económicas para pagar a Formação complementar pelos seus meios.

A nenhum jovem recém-licenciado. Os jovens, caso pretendam realizar Formação complementar após finalizarem um curso superior, devem pagá-la.

Bloco C -) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar Estágios Remunerados...

- A todos os jovens recém-licenciados.
- Apenas aos jovens recém-licenciados com sérias dificuldades económicas ou de obter emprego.
- A nenhum jovem recém-licenciado. Os jovens, caso pretendam realizar um Estágio após finalizarem um curso superior, devem procurar o melhor para si entre as ofertas disponibilizadas pelas empresas.

Bloco D -) O Estado deve oferecer apoios à criação do seu próprio emprego...

- A todos os jovens recém-licenciados que pretendam esta alternativa.
- Apenas aos jovens recém-licenciados com dificuldades económicas ou de obter um emprego.
- A nenhum jovem recém-licenciado. Devem ser os jovens, caso pretendam, a investir na criação de um emprego por conta própria.

Bloco E -) O Estado deve dar incentivos às empresas que contratem...

- Jovens recém-licenciados, independentemente da sua condição económica.
- Apenas jovens recém-licenciados com dificuldades económicas ou com dificuldades para obter emprego.
- Não devem ser dados incentivos às empresas para este fim, porque em última análise devem ser as empresas a contratar os trabalhadores de que, de facto, necessitem.

6 – Em relação ao panorama partidário responda às seguintes questões:

6.1. - Partido de que se considera mais próximo:

- 1) BE
- 2) PP
- 3) CDU
- 4) MRPP
- 5) PSD
- 6) PS
- 7) Outro Qual? _____
- 8) Nenhum

6.2. – Costuma votar?

- Sempre ou quase sempre.
- Às vezes
- Nunca ou quase nunca.

6.3. - Diga qual a sua posição política na escala esquerda/direita à frente referida: (faça um círculo à volta da sua resposta)

Esquerda 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Direita

Dados de Caracterização do Inquirido

7.1.

Profissão do Pai _____

Profissão da Mãe _____

Nota: Se os pais já tiverem falecido ou estiverem reformados ou desempregados, pede-se o favor de assinalar a última profissão que desempenharam. Se nunca viveu com os seus pais

assinale o grau de parentesco da(s) pessoa(s) por quem foi criado(a) e a respectiva profissão e faça o mesmo na questão 7.2.

7.2.

Situação na profissão do Pai

Trabalhador por conta própria
N.º de empregados (se tiver) _____

Trabalhador por conta de outrem

Situação na profissão da Mãe

Trabalhador por conta própria
N.º de empregados (se tiver) _____

Trabalhador por conta de outrem

7.3. - É trabalhador-estudante?

Sim

Não

Se é trabalhador-estudante, assinale aqui a sua profissão

Situação na profissão do próprio (se for trabalhador-estudante)

Trabalhador por conta própria
N.º de empregados (se tiver) _____

Trabalhador por conta de outrem

7.4. - Estado Civil _____

Se for casado/a ou viver em união de facto, assinale aqui a profissão do cônjuge

Situação na profissão do cônjuge

Trabalhador por conta própria
N.º de empregados (se tiver) _____

Trabalhador por conta de outrem

7.5. - Quantas pessoas vivem no seu agregado familiar (incluindo o próprio)?

8. - Sexo

Masculino

Feminino

9. - Idade _____

10. - Nível de Ensino que Frequenta

Licenciatura

Mestrado

11. - Universidade que Frequenta _____

12. - Curso _____

Muito obrigado pela sua colaboração!

Anexo C – Outputs do SPSS

Organização Geral do Modelo Social do Estado

1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	139	63,8	63,8	63,8
A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	71	32,6	32,6	96,3
O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego	7	3,2	3,2	99,5
Não respondeu	1	,5	,5	100,0
Total	218	100,0	100,0	

1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com a protecção social, de modo a que estes possam produzir efeitos	22	10,1	10,1	10,1
É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados	163	74,8	74,8	84,9
O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável	33	15,1	15,1	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Papel do Estado na Transição para a Vida Activa

2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam	97	44,5	44,5	44,5
	Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país	116	53,2	53,2	97,7
	Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas	4	1,8	1,8	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.a) Estimular sobretudo a ligação das universidades às empresas, de modo a melhorar o desempenho das pessoas no mercado de trabalho, a capacidade de resposta às necessidades das empresas e a competitividade da economia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	150	68,8	68,8	68,8
	Não assinalou	67	30,7	30,7	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.b) Absorver, por via do emprego público, parte dos jovens que chegam ao mercado de trabalho, de modo a reduzir o desemprego e criar mais oportunidades, ao mesmo tempo que se qualifica o próprio Estado.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	61	28,0	28,0	28,0
	Não assinalou	156	71,6	71,6	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.c) Atribuir, quando necessário, um rendimento mínimo aos jovens com mais severas dificuldades económicas de modo a garantir a todos um patamar aceitável de dignidade social.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	53	24,3	24,3	24,3
	Não assinalou	164	75,2	75,2	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.d) Reforçar os mecanismos de apoio para jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, de modo a apoiar aqueles que têm dificuldades na inserção no mercado de trabalho.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	106	48,6	48,6	48,6
	Não assinalou	111	50,9	50,9	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.e) Criar uma rede gratuita de creches e infantários, de forma a que os cuidados com as crianças não colidam com a vida profissional dos jovens pais e mães.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	47	21,6	21,6	21,6
	Não assinalou	170	78,0	78,0	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.f) Atribuir Bolsas de Estudo aos melhores alunos, de forma a estimular o bom desempenho escolar.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	58	26,6	26,6	26,6
	Não assinalou	159	72,9	72,9	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.g) Criar uma legislação laboral protectora dos trabalhadores jovens, estimulando a sua rápida transição para modelos contratuais mais seguros.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	65	29,8	29,8	29,8
	Não Assinalou	152	69,7	69,7	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.h) Atribuir estímulos ao empreendedorismo, por parte dos jovens, e à criação do seu próprio emprego.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Assinalou	76	34,9	34,9	34,9
	Não assinalou	141	64,7	64,7	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

2.2.i) Criar licenças familiares mais prolongadas e apoios ao trabalho a tempo parcial para estimular que, nas jovens famílias, um dos cônjuges tenha mais tempo para se dedicar a esta esfera.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Assinalou	26	11,9	11,9	11,9
Não assinalou	191	87,6	87,6	99,5
Não respondeu	1	,5	,5	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Financiamento do Ensino Superior

3) Perante as afirmações acerca do papel do Estado no financiamento do Ensino Superior assinale a opção que mais se aproxima daquilo que pensa.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid O Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no Ensino Superior, de modo a que este seja tendencialmente gratuito e que os estudantes não tenham de pagar propinas	81	37,2	37,2	37,2
O Estado tem o dever de realizar investimentos no Ensino Superior, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e das respectivas famílias	128	58,7	58,7	95,9
O financiamento do Ensino Superior deve caber, no essencial, aos estudantes e respectivas famílias e não ao Estado	8	3,7	3,7	99,5
Não respondeu	1	,5	,5	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Combate ao Desemprego

4-A) Os programas da segurança social devem desenvolver "medidas activas de emprego", ou seja, dar incentivos aos seus beneficiários, de modo a que estes sintam vantagem em encontrar ou preservar um posto de trabalho

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Concordo Plenamente	47	21,6	21,6	21,6
Concordo	156	71,6	71,6	93,1
Discordo	11	5,0	5,0	98,2
Discordo Totalmente	2	,9	,9	99,1
Não respondeu	2	,9	,9	100,0
Total	218	100,0	100,0	

4-B) Acima de tudo, o Estado deve legislar de forma a assegurar que os trabalhadores têm uma forte segurança e protecção no seu emprego, para evitar a perda de postos de trabalho e assegurar a protecção nos casos em que isso acontece

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Concordo Plenamente	57	26,1	26,1	26,1
Concordo	124	56,9	56,9	83,0
Discordo	31	14,2	14,2	97,2
Discordo Totalmente	3	1,4	1,4	98,6
Não respondeu	3	1,4	1,4	100,0
Total	218	100,0	100,0	

4-C) O mais importante é assegurar a criação de empregos, ainda que parte dos trabalhadores não consigam aceder a trabalho qualificado e tenham de se contentar com escassos níveis de protecção no trabalho e baixos salários

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Concordo Plenamente	13	6,0	6,0	6,0
Concordo	60	27,5	27,5	33,5
Discordo	109	50,0	50,0	83,5
Discordo Totalmente	34	15,6	15,6	99,1
Não respondeu	2	,9	,9	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Abrangência dos Mecanismos de Apoio à Transição de Recém-Licenciados para a Vida

Activa

5-A) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve garantir um Rendimento Mínimo...

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid A todos os jovens recém-licenciados	45	20,6	20,6	20,6
Apenas aos jovens recém-licenciados com sérias dificuldades económicas	93	42,7	42,7	63,3
A nenhum jovem recém-licenciado pois isso poderia desincentivá-lo a procurar emprego	80	36,7	36,7	100,0
Total	218	100,0	100,0	

5-B) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar a oferta de Formação Profissional ou Ensino Pós-Graduado no sentido da especialização ou reconversão...

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid A todos os jovens recém-licenciados	95	43,6	43,6	43,6
Apenas aos jovens recém-licenciados que não tiverem condições económicas para pagar a Formação complementar pelos seus meios	94	43,1	43,1	86,7
A nenhum jovem recém-licenciado. Os jovens, caso pretendam realizar Formação complementar após finalizarem um curso superior, devem pagá-la	29	13,3	13,3	100,0
Total	218	100,0	100,0	

5-C) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve proporcionar Estágios

Remunerados...

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A todos os jovens recém-licenciados	119	54,6	54,6	54,6
	Apenas aos jovens recém-licenciados com sérias dificuldades económicas ou de obter emprego	55	25,2	25,2	79,8
	A nenhum jovem recém-licenciado. Os jovens, caso pretendam realizar um Estágio após finalizarem um curso superior, devem procurar o melhor para si entre as ofertas disponibilizadas pelas empresas.	43	19,7	19,7	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

5-D) O Estado deve oferecer apoios à criação do seu próprio emprego...

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A todos os jovens recém-licenciados que pretendam esta alternativa	159	72,9	72,9	72,9
	Apenas aos jovens recém-licenciados com dificuldades económicas ou de obter um emprego	39	17,9	17,9	90,8
	A nenhum jovem recém-licenciado. Devem ser os jovens, caso pretendam, a investir na criação de um emprego por conta própria	19	8,7	8,7	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

5-E) O Estado deve dar incentivos às empresas que contratem...

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Jovens recém-licenciados, independentemente da sua condição económica	145	66,5	66,5	66,5
Apenas jovens recém-licenciados com dificuldades económicas ou com dificuldades para obter emprego	25	11,5	11,5	78,0
Não devem ser dados incentivos às empresas para este fim, porque em última análise devem ser as empresas a contratar os trabalhadores de que, de facto, necessitem.	47	21,6	21,6	99,5
Não respondeu	1	,5	,5	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Orientação Partidária

6.1.) Partido de que se considera mais próximo.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid BE	25	11,5	11,5	11,5
PP	8	3,7	3,7	15,1
CDU	6	2,8	2,8	17,9
MRPP	1	,5	,5	18,3
PSD	44	20,2	20,2	38,5
PS	48	22,0	22,0	60,6
PNR	3	1,4	1,4	61,9
Nenhum	77	35,3	35,3	97,2
Movimento Partido da Terra	1	,5	,5	97,7
Não respondeu	5	2,3	2,3	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Partido de que se sente mais próximo recodificado

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bloco de Esquerda, CDU e MRPP	32	14,7	14,7	14,7
	PP	8	3,7	3,7	18,3
	PSD	44	20,2	20,2	38,5
	PS	48	22,0	22,0	60,6
	Outros	4	1,8	1,8	62,4
	Nenhum	77	35,3	35,3	97,7
	Não respondeu	5	2,3	2,3	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

Práticas Eleitorais

6.2.) Costuma votar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sempre ou quase sempre	139	63,8	63,8	63,8
	Às vezes	20	9,2	9,2	72,9
	Nunca ou quase nunca	58	26,6	26,6	99,5
	Não respondeu	1	,5	,5	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

Posicionamento Ideológico

6.3.) Diga qual é a sua posição política na escala esquerda/direita

N	Valid	198
	Missing	20
	Mean	6
	Mode	6
	Std. Deviation	7
	Minimum	1
	Maximum	99

Posição política recodificada

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Esquerda	34	15,6	15,6	15,6
Centro-Esquerda	62	28,4	28,4	44,0
Centro-Direita	66	30,3	30,3	74,3
Direita	35	16,1	16,1	90,4
Não respondeu	21	9,6	9,6	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Posição política recodificada 2

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Esquerda	96	44,0	44,0	44,0
Direita	101	46,3	46,3	90,4
Não respondeu	21	9,6	9,6	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Caracterização Sócio-demográfica

7.1.a) Profissão do Pai

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	19	8,7	8,7	8,7
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	66	30,3	30,3	39,0
Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	23	10,6	10,6	49,5
Pessoal Administrativo e Similares	14	6,4	6,4	56,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	37	17,0	17,0	72,9
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	3	1,4	1,4	74,3
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	18	8,3	8,3	82,6
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	9	4,1	4,1	86,7
Militar	1	,5	,5	87,2
Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio	2	,9	,9	88,1
Sem relação com a pessoa	1	,5	,5	88,5
Não respondeu	25	11,5	11,5	100,0
Total	218	100,0	100,0	

7.1.b) Profissão da mãe

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	5	2,3	2,3	2,3
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	52	23,9	23,9	26,1
Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	17	7,8	7,8	33,9
Pessoal Administrativo e Similares	29	13,3	13,3	47,2
Pessoal dos Serviços e Vendedores	40	18,3	18,3	65,6
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	,5	,5	66,1
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	5	2,3	2,3	68,3
Doméstica	29	13,3	13,3	81,7
Trabalhadores Não Qualificados dos Serviços e Comércio	13	6,0	6,0	87,6
Não respondeu	27	12,4	12,4	100,0
Total	218	100,0	100,0	

7.2.a) Situação na profissão do pai

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Patrão	37	17,0	17,0	17,0
Trabalhador por conta própria	31	14,2	14,2	31,2
Trabalhador por conta de outrem	138	63,3	63,3	94,5
Não respondeu	12	5,5	5,5	100,0
Total	218	100,0	100,0	

7.2.b) Situação na profissão da mãe

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Patrão	12	5,5	6,3	6,3
	Trabalhador por conta própria	11	5,0	5,8	12,2
	Trabalhador por conta de outrem	156	71,6	82,5	94,7
	Não respondeu	10	4,6	5,3	100,0
	Total	189	86,7	100,0	
Missing	System	29	13,3		
Total		218	100,0		

7.3.) É trabalhador-estudante?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	77	35,3	35,5	35,5
	Não	135	61,9	62,2	97,7
	Não respondeu	5	2,3	2,3	100,0
	Total	217	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		218	100,0		

7.3.1.) Profissão do próprio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	1	,5	1,2	1,2
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	16	7,3	19,5	20,7
	Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	10	4,6	12,2	32,9
	Pessoal Administrativo e Similares	20	9,2	24,4	57,3
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	18	8,3	22,0	79,3
	Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	3	1,4	3,7	82,9
	Militar	1	,5	1,2	84,1
	Não respondeu	13	6,0	15,9	100,0
	Total	82	37,6	100,0	
Missing	System	136	62,4		
Total		218	100,0		

7.3.2.) Situação na profissão do próprio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Trabalhador por conta própria	8	3,7	9,8	9,8
	Trabalhador por conta de outrem	69	31,7	84,1	93,9
	Não respondeu	5	2,3	6,1	100,0
	Total	82	37,6	100,0	
Missing	System	136	62,4		
Total		218	100,0		

7.4.) Estado Civil

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Solteiro/a	190	87,2	87,6	87,6
	Casado/a	13	6,0	6,0	93,5
	União de facto	6	2,8	2,8	96,3
	Divorciado/a	1	,5	,5	96,8
	Não respondeu	7	3,2	3,2	100,0
	Total	217	99,5	100,0	
Missing	System	1	,5		
Total		218	100,0		

7.4.1.) Profissão do cônjuge

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent	
Valid	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	11	5,0	44,0	44,0	
	Técnicos e profissionais de Nível Intermédio	1	,5	4,0	48,0	
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	3	1,4	12,0	60,0	
	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	1	,5	4,0	64,0	
	Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	1	,5	4,0	68,0	
	Doméstica	1	,5	4,0	72,0	
	Não respondeu	7	3,2	28,0	100,0	
	Total	25	11,5	100,0		
	Missing	System	193	88,5		
	Total		218	100,0		

7.4.2.) Situação na profissão do cônjuge

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Patrão	4	1,8	16,7	16,7
	Trabalhador por conta própria	1	,5	4,2	20,8
	Trabalhador por conta de outrem	13	6,0	54,2	75,0
	Não respondeu	6	2,8	25,0	100,0
	Total	24	11,0	100,0	
Missing	System	194	89,0		
Total		218	100,0		

7.5.) Quantas pessoas vivem no seu agregado familiar?

N	Valid	207
	Missing	11
	Mean	4
	Mode	4
	Std. Deviation	1
	Minimum	1
	Maximum	8

8.) Sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masculino	101	46,3	46,3	46,3
	Feminino	115	52,8	52,8	99,1
	Não respondeu	2	,9	,9	100,0
Total		218	100,0	100,0	

9.) Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	20	54	24,8	25,7	25,7
	21	34	15,6	16,2	41,9
	22	25	11,5	11,9	53,8
	23	20	9,2	9,5	63,3
	24	14	6,4	6,7	70,0
	25	15	6,9	7,1	77,1
	26	13	6,0	6,2	83,3
	27	10	4,6	4,8	88,1
	28	2	,9	1,0	89,0
	29	6	2,8	2,9	91,9
	30	2	,9	1,0	92,9
	31	3	1,4	1,4	94,3
	32	2	,9	1,0	95,2
	33	1	,5	,5	95,7
	34	1	,5	,5	96,2
	35	2	,9	1,0	97,1
	36	1	,5	,5	97,6
	38	1	,5	,5	98,1
	39	1	,5	,5	98,6
	40	1	,5	,5	99,0
	42	2	,9	1,0	100,0
	Total	210	96,3	100,0	
Missing	System	8	3,7		
Total		218	100,0		

9.) Idade

N	Valid	210
	Missing	8
	Mean	24
	Mode	20
	Std. Deviation	4
	Minimum	20
	Maximum	42

Situação no Contexto Universitário

10.) Nível de Ensino que frequenta

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Licenciatura	164	75,2	75,2	75,2
Mestrado	51	23,4	23,4	98,6
Não respondeu	3	1,4	1,4	100,0
Total	218	100,0	100,0	

11.) Universidade que frequenta

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid ISEG	32	14,7	14,7	14,7
Universidade Lusíada	1	,5	,5	15,1
ISCTE	38	17,4	17,4	32,6
Universidade Lusófona	50	22,9	22,9	55,5
ISEL	6	2,8	2,8	58,3
Escola Superior de Tecnologia da Saúde	2	,9	,9	59,2
Universidade Nova	41	18,8	18,8	78,0
ISGB	4	1,8	1,8	79,8
Instituto Superior Técnico	33	15,1	15,1	95,0
Universidade de Lisboa	1	,5	,5	95,4
ISPT	1	,5	,5	95,9
ISEC	1	,5	,5	96,3
Instituto de Medicina Tradicional	8	3,7	3,7	100,0
Total	218	100,0	100,0	

12.) Curso

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Gestão	28	12,8	12,8	12,8
Economia	12	5,5	5,5	18,3
Relações Internacionais	1	,5	,5	18,8
Matemática Aplicada à Economia e Gestão	2	,9	,9	19,7
Desenvolvimento e Cooperação Internacional	1	,5	,5	20,2
História	2	,9	,9	21,1
Psicologia	16	7,3	7,3	28,4
Análise de Dados em Ciências Sociais	1	,5	,5	28,9
Gestão de Recursos Humanos	5	2,3	2,3	31,2
Ciências Farmacêuticas	7	3,2	3,2	34,4
Família e Sociedade	1	,5	,5	34,9
Engenharia Química	4	1,8	1,8	36,7
Engenharia das Telecomunicações	2	,9	,9	37,6
Engenharia Mecânica	14	6,4	6,4	44,0
Química	1	,5	,5	44,5
Sociologia	17	7,8	7,8	52,3
Saúde Ambiental	2	,9	,9	53,2
Ciência Política e Relações Internacionais	11	5,0	5,0	58,3
Tradução	6	2,8	2,8	61,0
Antropologia	2	,9	,9	61,9
Ciências da Linguagem	2	,9	,9	62,8
Estudos Portugueses	3	1,4	1,4	64,2
Geografia	1	,5	,5	64,7
História da Arte	1	,5	,5	65,1
Engenharia do Ambiente	3	1,4	1,4	66,5
Desporto	1	,5	,5	67,0
Bioquímica	1	,5	,5	67,4

Biologia	1	,5	,5	67,9
Geologia	1	,5	,5	68,3
Finanças	1	,5	,5	68,8
Informática e Gestão de Empresas	5	2,3	2,3	71,1
Gestão Bancária	4	1,8	1,8	72,9
Administração e Políticas Públicas	1	,5	,5	73,4
Marketing	1	,5	,5	73,9
Engenharia Electrotécnica e Computadores	4	1,8	1,8	75,7
Engenharia Civil	7	3,2	3,2	78,9
Educação e Sociedade	1	,5	,5	79,4
Medicina	1	,5	,5	79,8
Medicina Veterinária	1	,5	,5	80,3
Psicologia Forense e Exclusão Social	2	,9	,9	81,2
Engenharia Informática	1	,5	,5	81,7
Serviço Social	1	,5	,5	82,1
Arquitectura	9	4,1	4,1	86,2
Gestão de Unidades de Saúde	3	1,4	1,4	87,6
Design	1	,5	,5	88,1
Estudos Urbanos	1	,5	,5	88,5
Engenharia Biomédica	4	1,8	1,8	90,4
Sociologia e Planeamento	2	,9	,9	91,3
Gestão Turística e Hoteleira	1	,5	,5	91,7
Professor 1º Ciclo	1	,5	,5	92,2
Ciências da Comunicação	1	,5	,5	92,7
Naturopatia	8	3,7	3,7	96,3
Museologia	2	,9	,9	97,2
Biorgânica	1	,5	,5	97,7
Conservação e Restauro	1	,5	,5	98,2
Não respondeu	4	1,8	1,8	100,0
Total	218	100,0	100,0	

Variáveis posteriormente construídas (a partir de questões presentes no questionário)

Natureza do Ensino

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Público	153	70,2	70,2	70,2
	Privado	65	29,8	29,8	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

Classe social do agregado familiar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EDL	59	27,1	27,1	27,1
	PTE	88	40,4	40,4	67,4
	TI	6	2,8	2,8	70,2
	TIpl	7	3,2	3,2	73,4
	Alpl	1	,5	,5	73,9
	EE	14	6,4	6,4	80,3
	OI	6	2,8	2,8	83,0
	AEpl	10	4,6	4,6	87,6
	99	27	12,4	12,4	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

Classe social do agregado familiar recodificada

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EDL	61	28,0	28,0	28,0
	PTE	81	37,2	37,2	65,1
	TI	15	6,9	6,9	72,0
	AE (Assalariados Executantes)	33	15,1	15,1	87,2
	Não respondeu	28	12,8	12,8	100,0
	Total	218	100,0	100,0	

Análise Bivariada

8.) Sexo * 1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.

Crosstabulation

			1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.				
			O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego	Não respondeu	Total
8.) Sexo	Masculino	Count	61	33	6	1	101
		% within 8.) Sexo	60,4%	32,7%	5,9%	1,0%	100,0%
	Feminino	Count	77	37	1	0	115
		% within 8.) Sexo	67,0%	32,2%	,9%	,0%	100,0%
Total		Count	138	70	7	1	216
		% within 8.) Sexo	63,9%	32,4%	3,2%	,5%	100,0%

8.) Sexo * 2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa... Crosstabulation

			2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...				
			Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam	Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país	Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas	Não respondeu	Total
8.) Sexo	Masculino	Count	35	63	2	1	101
		% within 8.) Sexo	34,7%	62,4%	2,0%	1,0%	100,0%
	Feminino	Count	62	51	2	0	115
		% within 8.) Sexo	53,9%	44,3%	1,7%	,0%	100,0%
Total		Count	97	114	4	1	216
		% within 8.) Sexo	44,9%	52,8%	1,9%	,5%	100,0%

Natureza do Ensino * 1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.				
			O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego	Não respondeu	Total
Natureza do Ensino	Público	Count	93	55	5	0	153
		% within Natureza do Ensino	60,8%	35,9%	3,3%	,0%	100,0%
	Privado	Count	46	16	2	1	65
		% within Natureza do Ensino	70,8%	24,6%	3,1%	1,5%	100,0%
Total		Count	139	71	7	1	218
		% within Natureza do Ensino	63,8%	32,6%	3,2%	,5%	100,0%

Natureza do Ensino * 2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa... Crosstabulation

			2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...				
			Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam	Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país	Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas	Não respondeu	Total
Natureza do Ensino	Público	Count	70	79	4	0	153
		% within Natureza do Ensino	45,8%	51,6%	2,6%	,0%	100,0%
	Privado	Count	27	37	0	1	65
		% within Natureza do Ensino	41,5%	56,9%	,0%	1,5%	100,0%
Total		Count	97	116	4	1	218
		% within Natureza do Ensino	44,5%	53,2%	1,8%	,5%	100,0%

Natureza do Ensino * 3) Perante as afirmações acerca do papel do Estado no financiamento do Ensino Superior assinale a opção que mais se aproxima daquilo que pensa. Crosstabulation

			3) Perante as afirmações acerca do papel do Estado no financiamento do Ensino Superior assinale a opção que mais se aproxima daquilo que pensa.				
			O Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no Ensino Superior, de modo a que este seja tendencialmente gratuito e que os estudantes não tenham de pagar propinas	O Estado tem o dever de realizar investimentos no Ensino Superior, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e das respectivas famílias	O financiamento do Ensino Superior deve caber, no essencial, aos estudantes e respectivas famílias e não ao Estado	Não respondeu	Total
Natureza do Ensino	Público	Count	55	94	4	0	153
		% within Natureza do Ensino	35,9%	61,4%	2,6%	,0%	100,0%
	Privado	Count	26	34	4	1	65
		% within Natureza do Ensino	40,0%	52,3%	6,2%	1,5%	100,0%
Total		Count	81	128	8	1	218
		% within Natureza do Ensino	37,2%	58,7%	3,7%	,5%	100,0%

Posição política recodificada * 1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.				
			O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no	Não respondeu	Total
Posição política	Esquerda	Count	27	6	0	1	34
		% within Posição política recodificada	79,4%	17,6%	,0%	2,9%	100,0%
	Centro-Esquerda	Count	41	20	1	0	62
		% within Posição política recodificada	66,1%	32,3%	1,6%	,0%	100,0%
	Centro-Direita	Count	39	24	3	0	66
		% within Posição política recodificada	59,1%	36,4%	4,5%	,0%	100,0%
	Direita	Count	18	14	3	0	35
		% within Posição política recodificada	51,4%	40,0%	8,6%	,0%	100,0%
	Não respondeu	Count	14	7	0	0	21

Total	% within Posição politca recodificada	66,7%	33,3%	,0%	,0%	100,0%
	Count	139	71	7	1	218
	% within Posição politca recodificada	63,8%	32,6%	3,2%	,5%	100,0%

Posição política recodificada * 1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.			
			É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com a protecção social, de modo a que estes possam produzir efeitos	É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados	O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável	Total
Posição política	Esquerda	Count	6	23	5	34
		% within Posição política recodificada	17,6%	67,6%	14,7%	100,0%
	Centro-Esquerda	Count	8	48	6	62
		% within Posição política recodificada	12,9%	77,4%	9,7%	100,0%
	Centro-Direita	Count	3	52	11	66
		% within Posição política recodificada	4,5%	78,8%	16,7%	100,0%
	Direita	Count	3	24	8	35
		% within Posição política recodificada	8,6%	68,6%	22,9%	100,0%
	Não respondeu	Count	2	16	3	21
		% within Posição política recodificada	9,5%	76,2%	14,3%	100,0%
	Total	Count	22	163	33	218
		% within Posição política recodificada	10,1%	74,8%	15,1%	100,0%

Partido de que se sente mais próximo * 1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.				
			O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego	Não respondeu	Total
Partido	BE, CDU e MRPP	Count	24	6	1	1	32
		% within Partido de que se sente mais próximo	75,0%	18,8%	3,1%	3,1%	100,0%
	PP	Count	2	4	2	0	8
		% within Partido de que se sente mais próximo	25,0%	50,0%	25,0%	,0%	100,0%
	PSD	Count	23	21	0	0	44
		% within Partido de que se sente mais próximo	52,3%	47,7%	,0%	,0%	100,0%
	PS	Count	28	19	1	0	48
		% within Partido de que se sente mais próximo	58,3%	39,6%	2,1%	,0%	100,0%
	Outros	Count	3	0	1	0	4

		% within Partido de que se sente mais próximo	75,0%	,0%	25,0%	,0%	100,0%
	Nenhum	Count	55	20	2	0	77
		% within Partido de que se sente mais próximo	71,4%	26,0%	2,6%	,0%	100,0%
Total		Count	135	70	7	1	213
		% within Partido de que se sente mais próximo	63,4%	32,9%	3,3%	,5%	100,0%

Partido de que se sente mais próximo * 1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.			
			É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com a protecção social, de modo a que estes possam produzir efeitos	É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados	O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável	Total
Partido	BE, CDU e MRPP	Count % within Partido de que se sente mais próximo	8 25,0%	21 65,6%	3 9,4%	32 100,0%
	PP	Count % within Partido de que se sente mais próximo	0 ,0%	5 62,5%	3 37,5%	8 100,0%
	PSD	Count % within Partido de que se sente mais próximo	6 13,6%	30 68,2%	8 18,2%	44 100,0%
	PS	Count % within Partido de que se sente mais próximo	4 8,3%	40 83,3%	4 8,3%	48 100,0%
	Outros	Count % within Partido de que se sente mais próximo	0 ,0%	4 100,0%	0 ,0%	4 100,0%
	Nenhum	Count % within Partido de que se sente mais próximo	4 5,2%	58 75,3%	15 19,5%	77 100,0%
Total		Count % within Partido de que se sente mais próximo	22 10,3%	158 74,2%	33 15,5%	213 100,0%

Partido de que se sente mais próximo * 2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa... Crosstabulation

			2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...				
			Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam	Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país	Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas	Não respondeu	Total
Partido	BE, CDU e MRPP	Count	19	12	0	1	32
		% within Partido de que se sente mais próximo	59,4%	37,5%	,0%	3,1%	100,0%
	PP	Count	4	4	0	0	8
		% within Partido de que se sente mais próximo	50,0%	50,0%	,0%	,0%	100,0%
	PSD	Count	16	27	1	0	44
		% within Partido de que se sente mais próximo	36,4%	61,4%	2,3%	,0%	100,0%
	PS	Count	22	25	1	0	48
		% within Partido de que se sente mais próximo	45,8%	52,1%	2,1%	,0%	100,0%
	Outros	Count	1	3	0	0	4
		% within Partido de que se sente mais próximo	25,0%	75,0%	,0%	,0%	100,0%
	Nenhum	Count	34	41	2	0	77
		% within Partido de que se sente mais próximo	44,2%	53,2%	2,6%	,0%	100,0%
Total		Count	96	112	4	1	213
		% within Partido de que se sente mais próximo	45,1%	52,6%	1,9%	,5%	100,0%

Classe social do agregado recodificada * 1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-A) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.				
			O Estado deve proporcionar sistemas de protecção de elevada qualidade a toda a população bem como garantir um rendimento mínimo às pessoas que dele necessitem	A protecção social deve ser sólida mas dada sobretudo às pessoas que estão ou já estiveram integradas no mercado de trabalho, (no caso de passarem por situações de desemprego, doença, etc.), sendo disponibilizada de forma proporcional à posição profissional e/ou rendimento de cada um	O Estado deve proporcionar benefícios sociais apenas à população activa e, mesmo para estes, modestos. O Estado não é o principal responsável por proporcionar uma rede de segurança social, de forma a encorajar a autonomia individual e o bom desempenho no mercado de emprego	Não respondeu	Total
Classe social	EDL	Count	34	23	4	0	61
		% within Classe social do agregado recodificada	55,7%	37,7%	6,6%	,0%	100,0%
	PTE	Count	55	25	1	0	81
		% within Classe social do agregado recodificada	67,9%	30,9%	1,2%	,0%	100,0%
	TI	Count	7	8	0	0	15
		% within Classe social do agregado recodificada	46,7%	53,3%	,0%	,0%	100,0%
	AE	Count	24	7	1	1	33
		% within Classe social do agregado recodificada	72,7%	21,2%	3,0%	3,0%	100,0%
Total		Count	120	63	6	1	190
		% within Classe social do agregado recodificada	63,2%	33,2%	3,2%	,5%	100,0%

Classe social do agregado recodificada * 1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal. Crosstabulation

			1-B) Assinale a opção que mais se aproxima do modelo de Estado que considera ideal.			
			É importante pagar elevados impostos para financiar as despesas com a protecção social, de modo a que estes possam produzir efeitos	É importante pagar impostos para financiar as despesas com a protecção social, mas estes não devem ser demasiado elevados	O pagamento de impostos para financiar as despesas com a protecção social deve reduzir-se ao mínimo indispensável	Total
Classe social	EDL	Count	10	42	9	61
		% within Classe social do agregado recodificada	16,4%	68,9%	14,8%	100,0%
	PTE	Count	7	64	10	81
		% within Classe social do agregado recodificada	8,6%	79,0%	12,3%	100,0%
	TI	Count	0	13	2	15
		% within Classe social do agregado recodificada	,0%	86,7%	13,3%	100,0%
	AE	Count	2	24	7	33
		% within Classe social do agregado recodificada	6,1%	72,7%	21,2%	100,0%
Total		Count	19	143	28	190
		% within Classe social do agregado recodificada	10,0%	75,3%	14,7%	100,0%

Classe social do agregado recodificada * 2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa... Crosstabulation

			2.1.) O Estado deve ter a preocupação de apoiar o processo de transição para a vida activa...				
			Realizando investimentos para que todos os jovens tenham boas oportunidades de integração no mercado de trabalho, eventualmente apoiando os que mais precisam	Realizando investimentos de forma a apoiar a integração dos jovens no mercado de trabalho, mas em função das necessidades de cada um e das áreas e qualificações prioritárias para o país	Auxiliando apenas os jovens que vivem em condições graves de pobreza e exclusão social, (de forma a facilitar a sua integração no mercado de trabalho) e deixando as decisões essenciais às empresas e às próprias pessoas	Não respondeu	Total
Classe social	EDL	Count	25	35	1	0	61
		% within Classe social do agregado recodificada	41,0%	57,4%	1,6%	,0%	100,0%
	PTE	Count	39	40	2	0	81
		% within Classe social do agregado recodificada	48,1%	49,4%	2,5%	,0%	100,0%
	TI	Count	6	9	0	0	15
		% within Classe social do agregado recodificada	40,0%	60,0%	,0%	,0%	100,0%
	AE	Count	16	16	0	1	33
		% within Classe social do agregado recodificada	48,5%	48,5%	,0%	3,0%	100,0%
Total		Count	86	100	3	1	190
		% within Classe social do agregado recodificada	45,3%	52,6%	1,6%	,5%	100,0%

Classe social do agregado recodificada * 3) Perante as afirmações acerca do papel do Estado no financiamento do Ensino Superior assinale a opção que mais se aproxima daquilo que pensa.

Crosstabulation

			3) Perante as afirmações acerca do papel do Estado no financiamento do Ensino Superior assinale a opção que mais se aproxima daquilo que pensa.			
			O Estado tem o dever de realizar investimentos muito significativos no Ensino Superior, de modo a que este seja tendencialmente gratuito e que os estudantes não tenham de pagar propinas	O Estado tem o dever de realizar investimentos no Ensino Superior, de forma a permitir que o valor das propinas a pagar por cada estudante seja proporcional aos rendimentos do próprio e das respectivas famílias	O financiamento do Ensino Superior deve caber, no essencial, aos estudantes e respectivas famílias e não ao Estado	Total
Classe social	EDL	Count	25	36	0	61
		% within Classe social do agregado recodificada	41,0%	59,0%	,0%	100,0%
	PTE	Count	26	47	8	81
		% within Classe social do agregado recodificada	32,1%	58,0%	9,9%	100,0%
	TI	Count	4	11	0	15
		% within Classe social do agregado recodificada	26,7%	73,3%	,0%	100,0%
	AE	Count	16	17	0	33
		% within Classe social do agregado recodificada	48,5%	51,5%	,0%	100,0%
Total		Count	71	111	8	190
		% within Classe social do agregado recodificada	37,4%	58,4%	4,2%	100,0%

Classe social do agregado recodificada * 5-A) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve garantir um Rendimento Mínimo... Crosstabulation

			5-A) Enquanto não conseguirem obter o seu primeiro emprego, o Estado deve garantir um Rendimento Mínimo...			
			A todos os jovens recém-licenciados	Apenas aos jovens recém-licenciados com sérias dificuldades económicas	A nenhum jovem recém-licenciado pois isso poderia desincentivá-lo a procurar emprego	Total
Classe social	EDL	Count	13	24	24	61
		% within Classe social do agregado recodificada	21,3%	39,3%	39,3%	100,0%
	PTE	Count	16	29	36	81
		% within Classe social do agregado recodificada	19,8%	35,8%	44,4%	100,0%
	TI	Count	1	8	6	15
		% within Classe social do agregado recodificada	6,7%	53,3%	40,0%	100,0%
	AE	Count	8	19	6	33
		% within Classe social do agregado recodificada	24,2%	57,6%	18,2%	100,0%
Total	Count		38	80	72	190
	% within Classe social do agregado recodificada		20,0%	42,1%	37,9%	100,0%

Natureza do Ensino * Classe social do agregado recodificada Crosstabulation

			Classe social do agregado				
			EDL	PTE	TI	AE	Total
Natureza do Ensino	Público	Count	45	63	7	22	137
		% within Natureza do Ensino	32,8%	46,0%	5,1%	16,1%	100,0%
	Privado	Count	16	18	8	11	53
		% within Natureza do Ensino	30,2%	34,0%	15,1%	20,8%	100,0%
Total	Count		61	81	15	33	190
	% within Natureza do Ensino		32,1%	42,6%	7,9%	17,4%	100,0%

Multivariada – Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)

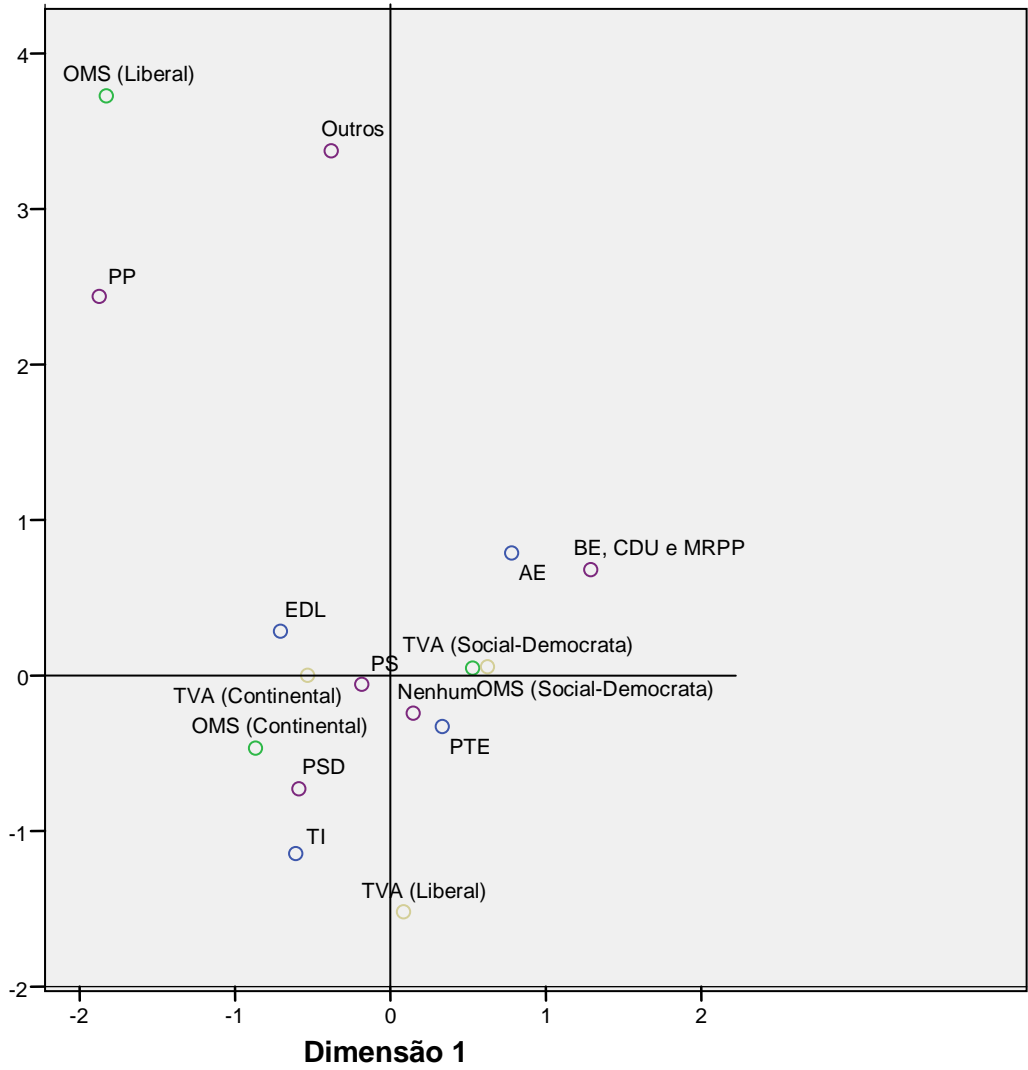
Model Summary

Dimension	Cronbach's Alpha	Variance Accounted For	
		Total (Eigenvalue)	Inertia
1	,508	1,615	,404
2	,403	1,433	,358
3	,208	1,185	,296
4	,167	1,143	,286
5	,141	1,118	,279
6	,075	1,059	,265
7	-,019	,986	,246
8	-,111	,923	,231
Total		9,463	2,366
Mean	,206 ^a	1,183	,296

a. Mean Cronbach's Alpha is based on the mean Eigenvalue.

Discrimination Measures

	Dimension								Mean
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Estado_ideal_rec									
Estado_ideal_rec	,531	,514	,182	,002	,011	,005	,070	,053	,171
Partidos_rec Partido de que se sente mais próximo	,460	,623	,588	,476	,762	,626	,344	,291	,521
Classe_soc_rec Classe social do agregado recodificada	,299	,248	,151	,346	,215	,133	,203	,552	,268
Estado_transição_rec									
Estado_transição_rec	,325	,047	,264	,320	,130	,295	,368	,027	,222
Active Total	1,615	1,433	1,185	1,143	1,118	1,059	,986	,923	1,183



- Classe social do agregado familiar
- OMS - Organização Geral do Modelo Social do Estado
- TVA - Papel do Estado na Transição para a Vida Activa
- Partido de que se considera mais próximo